



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS IV/JACOBINA
CURSO DE HISTÓRIA

DAIZE DA SILVA CUNHA

Filhos desta raça não devem nascer:
História e Memória sobre a Ditadura (1964-1985) na série de reportagens “As
crianças e a Tortura”

JACOBINA-BAHIA

2018

DAIZE DA SILVA CUNHA

Filhos desta raça não devem nascer:
História e Memória sobre a Ditadura (1964-1985) na série de reportagens “As
crianças e a Tortura”

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a orientação do Prof. Ms. Thiago Machado de Lima.

JACOBINA-BAHIA

2018

DAIZE DA SILVA CUNHA

Filhos desta raça não devem nascer:
História e Memória sobre a Ditadura (1964-1985) na série de reportagens “As
crianças e a Tortura”

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título
de Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia
(UNEB), sob a orientação do Prof. Ms. Thiago Machado de Lima.

Jacobina, ___/___/2018

Banca Examinadora

Prof. Ms. Thiago Machado de Lima – Orientador
Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus IV)

Prof. Ms. Polliana Moreno dos Santos
Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus IV)

Prof. Dra. Caroline Santos Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus IV)

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem a sua ajuda nada seria possível.

A minha mãe Luzinete por ter possibilitado com muito sacrifício, paciência, amor e dedicação meu crescimento intelectual, a minha entrada e permanência na Universidade.

Ao meu esposo Josué pelo amor incondicional e convivência maravilhosa.

As minhas irmãs Daiane e Dailane as quais amo incondicionalmente.

Aos professores que tive contato na vida acadêmica, principalmente a Thiago Machado de Lima por ter me orientado nessa monografia. Agradeço também a Polliana Moreno dos Santos por ter me permitido acesso as fontes do acervo documental de gêneros televisivos sobre Ditadura Civil-Militar e por ter me dado as primeiras orientações para a realização desse trabalho.

Aos amigos que ganhei ao longo desses cinco anos na Universidade por compartilharem os bons momentos de nossa graduação, em especial a Aline e Mara com quem eu pude sempre contar, sou grata por todo companheirismo.

Ao meu grande amigo Marconey, por ter contribuído com a minha escolha de temática de pesquisa, pelas horas de conversas e por todo apoio.

Agradeço também as minhas amigas Naiara, Monaiza e Maiara as quais possuem importância fundamental na minha vida.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

*“E que as crianças cantem livres sobre os muros
E ensinem sonho ao que não pode amar sem dor
E que o passado abra os presentes pro futuro
Que não dormiu e preparou o amanhecer.”*
(TAIGUARA, 1973)

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar a memória histórica em gêneros televisivos, exclusivamente a série jornalística de televisão sobre a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) intitulada “*As crianças e a Tortura*”, produzida pelo principal jornalístico da Rede Record de Televisão entre 10 e 14 de junho de 2013. A série analisa até que ponto bebês e crianças, especificamente filhos de presos políticos levados aos principais centros de tortura da ditadura, foram afetados pelo regime. Há no Brasil a presença de diferentes memórias acerca da ditadura, nunca houve um consenso nas interpretações do período, o mesmo ainda permanece como uma ferida aberta, desencadeando batalhas de memórias. E, considerando a importância que a Televisão tem adquirido na sociedade brasileira, os gêneros televisivos se tornaram palco para essas guerras de memórias. Haja vista, identificamos os principais tipos de memórias presentes no gênero televisivo em questão e como determinadas leituras sobre o passado podem ser modificadas e ressignificadas mediante as querelas do presente. As abordagens desta pesquisa constituem um estudo da “História do Tempo Presente”, que tem contribuído com novas perspectivas e questionamentos sobre eventos traumáticos que marcaram uma sociedade, sobretudo as ditaduras.

Palavras-Chave: Gênero Televisivo; Televisão; Memória; Ditadura Civil-Militar.

Abstract

The present work aims to analyze the historical memory in television genres, exclusively the television series on the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985) entitled "*As Crianças e a Tortura*", produced by the main journalist of Rede Record de Televisão on the 10th and 14th of June 2013, the series examines the extent to which infants and children, specifically children of political prisoners taken to the main torture centers of the dictatorship, were affected by the regime. There are different memories in Brazil about the dictatorship, there has never been a consensus in the interpretations of the period, it still remains an open wound, triggering battles of memories. And considering the importance that TV has acquired in Brazilian society, television genres have become the stage for these wars of memories. We identify the main types of memories present in the television genre in question and how certain readings about the past can be modified and reassembled by the present quarrels. The approaches of this research constitutes a study of the "History of the Present", that has contributed with new perspectives and questions about events that marked a society, mainly the military dictatorships.

Keywords: Television Genre; Television; Memory; Civil-Military Dictatorship.

Lista de Abreviaturas

- (AI) Ato Institucional
- (ALN) Ação Libertadora Nacional
- (ARENA) Aliança Renovadora Nacional
- (CISA) Centro de Informações da Aeronáutica
- (CNV) Comissão Nacional da Verdade
- (DCDP) Departamento de Censura de Diversões Públicas
- (DOI-CODI) Centro de Operações de Defesa Interna e o Destacamento de Operação e Informação
- (DOPS) Departamento de Ordem Política e Social,
- (EUA) Estados Unidos da América
- (IBAD) Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- (IPES) Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
- (JR) Jornal da Record
- (MDB) Movimento Democrático Brasileiro
- (OBAN) Operação Bandeirantes
- (PCB) Partido Comunista Brasileiro
- (PCdoB) Partido Comunista do Brasil
- (PMDB) Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- (PNDH3) Programa Nacional de Direitos Humanos 3
- (POLOP) Política Operária
- (PSD) Partido Social Democrático
- (PT) Partido dos Trabalhadores
- (SNI) Serviço Nacional de Informações
- (STM) Superior Tribunal Militar
- (STF) Supremo Tribunal Federal
- (TV) Televisão
- (UDN) União Democrática Nacional
- (VPR) Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução	10
1 Do golpe de 1964 à redemocratização: um panorama	15
1.1. A derrubada do Governo João Goulart.....	15
1.2. A construção e desenvolvimento da ditadura.....	20
1.3. A redemocratização e a transição conciliadora.....	26
2 História, Memória, Televisão e Ditadura	33
2.1. A Batalha de memória sobre Ditadura no Brasil.....	33
2.2. A Comissão Nacional da Verdade e os 50 anos do golpe.....	38
2.3. A Televisão como um meio de construção de memórias.....	44
3 As crianças e a tortura através do Jornal da Record	49
3.1. A Construção da série e seu enfoque histórico.....	49
3.2. As representações construídas pela série.....	54
3.3. A série e a recepção ao público.....	61
Considerações Finais	68
Fontes	70
Referências bibliográficas	71

Introdução

A presente pesquisa objetiva analisar a memória histórica presente em gênero televisivo sobre a ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil, examinando o conteúdo da série de reportagens "*As crianças e a Tortura*" exibida no Jornal da Record em 2013 e que através da rememoração em depoimentos concedidos pelas vítimas, analisa o uso de crianças e bebês ainda de colo nas torturas vivenciadas pelos pais militantes de esquerda.

A ditadura que a série de reportagens se refere foi instaurada no Brasil em 1964 através de um golpe de Estado articulado por militares e empresários de diferentes setores, apoiados por parcelas da sociedade civil, que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart. Durante os vinte e um anos de duração, a ditadura não mediu esforços para combater seus inimigos. Cassou, torturou, exilou e sumiu com adversários políticos de diferentes matizes ideológicas. Visando a conservação do poder, os militares investiram em projetos para legitimar a intervenção política e construir uma memória positiva das suas ações. Projetaram o silenciamento de ações de violação dos Direitos Humanos e disseminaram o discurso de que estavam realizando uma "revolução" salvadora, a qual impediria setores de esquerda de instalarem o "temido" comunismo no país.

Tendo em vista que a maioria das informações sobre o período de ditadura civil-militar no Brasil foi restringida, principalmente aquelas presentes em arquivos oficiais, é importante aos interessados em estudos sobre esse período utilizarem como fonte de pesquisa a memória daquelas pessoas que vivenciaram o momento histórico. Grupos de diferentes setores construíram suas versões acerca do período ditatorial, as principais memórias produzidas são as de militares e de militantes civis. As diferentes memórias sobre os acontecimentos de 1964 e sobre o desenrolar da ditadura, somado ao fato do período permanecer como uma ferida aberta na sociedade brasileira, desencadearam as guerras de memórias. Segundo Daniel Aarão Reis, ainda no desenrolar da ditadura, bem como no processo de redemocratização e nos anos posteriores, iniciaram as batalhas de memórias em relação a esse momento histórico.¹

A criação de Comissões Estaduais e da Comissão Nacional da Verdade (CNV) a partir do ano de 2011 intensificou as disputas de versões sobre o passado ditatorial brasileiro,

¹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 39.

uma vez que trouxe a luz, permitiu construir ou mesmo reavivou memórias outrora silenciadas, apagadas e/ou esquecidas, que são diferentes das memórias que fazem parte da História Oficial. A partir da divulgação do Relatório Final da CNV em 2014, se percebeu um aumento das discussões dessas outras memórias em diversas áreas, principalmente em veículos midiáticos como é o caso de matérias jornalísticas, gerando uma série de novas produções que, fruto do presente, passaram a lançar novos olhares sobre a última ditadura no Brasil. Sendo assim, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar determinado gênero televisivo e, portanto, irá contribuir para o entendimento de como estão sendo conduzidas essas memórias e todas as questões imbricadas na temática desse gênero.

Partimos da ideia de que determinadas leituras acerca de períodos históricos traumáticos são reconstruídas e remodeladas de acordo com as demandas do presente. Desta forma, elencamos como problemática de pesquisa compreender, na série de reportagem produzida pelo Jornal da Record, quais os tipos de memória sobre a ditadura foram produzidas, de que maneira elas contribuem para a legitimação da crítica ao regime e ao estabelecimento dos discursos sobre a memória nacional, se há e quais são os silenciamentos sobrepostos e, por fim, como programas televisivos desse gênero são recepcionados pelos telespectadores.

Importantes e necessárias, as pesquisas sobre o presente tema precisam e devem ser validadas para também servir de base e abrir caminhos para novas pesquisas ligadas á esse assunto. Como descreve Enrique Serra Padrós:

O conhecimento gerado pelas pesquisas sobre as Ditaduras de Segurança Nacional pode ser utilizado pela sociedade, se for do seu interesse, para posicionar-se e levar adiante suas exigências de Verdade e Justiça. Esta é uma das grandes contribuições sociais que a pesquisa pode oferecer.²

E quando a pesquisa tem como objeto de estudo um meio que é tão pertinente dentro da sociedade, a relevância passa a ser ainda maior, uma vez que, partem principalmente de relatos de personagens com memórias vivas.

As análises dessa pesquisa situam-se no campo da “História do Tempo Presente”. O historiador do tempo presente deve ter como função primordial a análise sem a necessidade de esperar o distanciamento da pesquisa e deve estar sempre respeitando a urgência dessa

² PADRÓS, Serra Enrique. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento, Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun, 2009. p. 30 – 45, p. 36.

pesquisa. Sobre esse distanciamento Rodolfo Fiorucci destaca que o estudo do “tempo presente”:

[...] Ofereceu múltiplas opções de ação para os historiadores, que não mais se prenderam a determinadas amarras impostas pela prática historiográfica, como o afastamento temporal do objeto de análise, e aplicaram os mais diversos recursos metodológicos e recorreram a fontes variadas para a confecção de suas análises.³

A partir dessa possibilidade de utilização de novos objetos de estudo, a memória constituiu um grande objeto para a história. Com isso, os gêneros televisivos também foram obtendo êxito no que diz respeito ao entendimento de organizações presentes na sociedade do “passado presente”, pois registra essa memória histórica, e assim se tornando fonte de pesquisa.

Para Rodolfo Fiorucci, “a memória viva é constitutiva da história do tempo presente e da própria atualidade corrente”.⁴ Dada à importância da vinculação da memória com as questões da história do tempo presente, é válido afirmar que o historiador precisa estar atento às problemáticas envolvidas no processo de investigação, a exemplo das opiniões contraditórias aplicadas nos relatos das testemunhas. É necessário também que este atente para a amplitude das fontes e necessidade do cruzamento, e o rigor na análise, principalmente com os testemunhos orais.

Deve haver, portanto, um “jogo de cintura” por parte do historiador para validar sua pesquisa, e impedir que se assemelhe com algo sem nexos, retalhado ou distante da historicidade, o historiador não vai inventar uma maneira de investigar, irá utilizar metodologias já existentes no campo historiográfico, porém sobre fontes diferentes. Fazer uso de novos objetos de estudo não implica no distanciamento/abandono dos métodos habituais da pesquisa histórica.

E se tratando do período da ditadura civil-militar no Brasil, houve inúmeras restrições acerca das fontes da época, além das tentativas de forjar um esquecimento coletivo. Sendo assim, quais silenciamentos estariam imbricados nas produções de determinado gênero televisivo?

Existe grande carência em relação a pesquisas que utilizem os gêneros televisivos como objeto de estudo, há uma grande necessidade de análises que tratem do período da

³ FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. **Revista Espaço Acadêmico** – n° 125, 2011. p.112.

⁴ Ibidem. p.115.

ditadura civil-militar no Brasil com base no conteúdo de programas televisivos contemporâneos.

Quanto ao uso da série de reportagens "*As crianças e a Tortura*" como fonte desse trabalho, as investigativas se processam a partir da análise de conteúdo observando desde os fatos apresentados pelas reportagens, as personagens que aparecem, até os discursos e foco da reportagem objetivando compreender os tipos de memória que estão presentes nos mesmos.

Como aponta Maria Laura Barbosa Franco, a análise de conteúdo tem como ponto de partida a mensagem, esta expressa um significado e um sentido. A autora apresenta como características definidoras dessa metodologia de pesquisa o seguinte procedimento, o qual viabiliza a dedução do conteúdo, este requer como passo primordial a identificação dos seguintes pontos: "fonte (emissor, quem?); processo de codificação (por quê?); mensagem (o quê?); processos de decodificação (com que efeito?); Receptor (para quem?)".⁵ Foi por esse caminho metodológico que as fontes desse trabalho foram analisadas.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado *Do golpe de 1964 à redemocratização: um panorama*, temos uma breve discussão sobre o contexto da ditadura civil-militar, inicialmente com uma reflexão sobre a ascensão de Goulart à Presidência da República e os fatores políticos, econômicos e sociais que levaram ao golpe de 31 de março de 1964. Nesse capítulo tratamos também do processo de construção e institucionalização da ditadura no Brasil, focando nas disputas entre Estado e oposição. Para finalizar o capítulo, discorremos a respeito do processo de abertura da ditadura com foco nas mobilizações populares e na Lei na Anistia que impactou nos presos políticos e exilados assim como estabeleceu uma solução conciliadora para o fim do regime autoritário. Abordamos ainda o processamento das eleições de 1985 analisando como a conjuntura deixou uma ferida aberta na sociedade brasileira. Esse capítulo é fundamental para situar o leitor sobre o tema em discussão, ou seja, sobre o tempo narrado pela série jornalística da Record.

No segundo capítulo, nomeado *História, Memória, Televisão e Ditadura*, discutimos sobre as versões construídas sobre o período de 1964 a 1985 que deram lugar as batalhas de memórias, buscando interpretar como diferentes grupos sociais buscaram propagar suas versões sobre a ditadura. No Brasil existe a versão de que não ocorreu ditadura, mas sim uma "revolução salvadora". Por outro lado, outra memória perpetua a ideia de um golpe de Estado

⁵ FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**- Brasília, 3. Ed: Liber Livro Editora, 2008. p.23.

e a construção de um Regime Autoritário. Temos também discursos de que tanto os militares quanto os grupos de esquerda tiveram culpa, não existe na sociedade brasileira um consenso sobre o momento. O processo de instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2012, no Governo Dilma Rousseff, reavivou de forma intensa as batalhas de memórias sobre a ditadura no Brasil, esse ato ainda possibilitou o aumento dessas disputas de memórias nos meios de comunicação, a exemplo da Televisão. Haja vista, discutimos ainda nesse capítulo a Televisão como um meio de construção de memórias, demonstrando também o quanto a TV através de sua programação, ajuda a construir e conformar uma memória, uma vez que, uma programação televisiva não é neutra. Essas discussões abriram caminhos para a análise da nossa fonte de pesquisa, a série de reportagens intitulada “*As Crianças e a Tortura*”. Em outras palavras, o capítulo trata de compreender o tempo no qual a série foi produzida fazendo assim uma caminhada de idas e vindas entre o passado e o presente.

Coube ao terceiro capítulo a análise da série. Intitulado *As crianças e a tortura através do Jornal da Record*, o terceiro e último capítulo analisou as cinco reportagens da série “*As Crianças e a Tortura*”, desde o canal, os produtores, os jornalistas, a temática abordada, o tempo, os recursos, até o discurso, a memória e as representações construídas pela série. Por fim, trabalhamos com a recepção das reportagens ao público, analisando os comentários disponíveis nas plataformas e redes sociais onde as reportagens foram disponibilizadas.

1 Do golpe de 1964 à redemocratização: um panorama

1.1. A derrubada do Governo João Goulart.

A década de 1960 foi um dos períodos mais conturbados da história. A divisão do mundo em zonas de influência entre os Estados Unidos e a União Soviética, no contexto da chamada Guerra-Fria, polarizava os embates ideológicos entre capitalistas e comunistas. Esse clima favoreceu as lutas políticas e sociais em território brasileiro, uma vez que, algumas das revoluções e embates políticos que estavam acontecendo mundo afora influenciavam revoltas internas. Mas, sobretudo, foram as questões políticas e sociais em esfera nacional que desencadearam o golpe civil-militar deflagrado em 31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart e abriu caminho para a construção de uma ditadura.

Havia uma onda de insatisfação com o governo do presidente Jânio Quadros. Essa onda aumentou ainda mais no país com a renúncia presidencial em 1961. Com a saída do presidente, segundo a constituição, seu vice assumiria o posto de comando da República. Porém, o Congresso Nacional em oposição à posse do vice João Goulart realizou uma assembleia que empossou o até então Presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli, justificando esse ato com o fato do vice-presidente estar ausente do país. Jango estava em viagem à China comunista.

A classe conservadora clamava que a junta militar intervisse na política. Há muito tempo se percebia a proximidade do Exército/Forças Armadas no cenário da política brasileira. Entretanto, como aponta Nilson Borges, em situações ocorridas antes de 1964 os militares agiam na política apenas como uma espécie de coadjuvante, ou seja, não permaneciam ativamente no poder.⁶ Mas com a intervenção militar em 1964, se tornam atores políticos principais. Como veremos a seguir, o aparelho militar passou a ser responsável por todas as decisões políticas e governamentais do país, a partir daí, foram os partidos civis a fazerem papel de coadjuvantes.

Em objeção as medidas sugeridas pelos mais conservadores, vários setores sociais e políticos apoiavam a subida de Goulart à presidência, como governadores de estados, estudantes, até mesmo alguns setores militares e da própria direita, dentre outros. Entre os

⁶ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos dos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. cap. 1, p. 13-42. p. 14.

governadores que saíram em defesa da posse de Goulart se destacaram Mauro Borges (Goiás) e Leonel Brizola (Rio Grande do Sul), começando uma luta em favor da legalidade, realizando em todo o país uma mobilização contra um possível golpe Militar. Segundo Caio Navarro de Toledo, o Congresso Nacional nesse momento não optou por atender os anseios pelo golpe, contudo isso não significou em aquietação dos mais conservadores.⁷

A luta pela legalidade conseguiu grande apoio da população, mas, para que Goulart assumisse a Presidência da República foi preciso uma proposta conciliadora: a instauração de um regime parlamentarista que restringia os poderes do chefe do Executivo nacional. Na interpretação de Moniz Bandeira, Jango recebeu um “poder mutilado”.⁸

João Goulart assumiu o poder em meio a uma grande agitação que se agravou ao longo do seu governo. Setores da direita receosos que o Brasil se tornasse comunista apontava o espaço que Jango concedia as manifestações populares, estudantis e sociais e as reformas de base propostas por ele (mudanças na economia, educação e agricultura), como portas abertas para o comunismo no Brasil. Como afirmam Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes: “para muitos setores políticos conservadores, tais reformas seriam danosas para as estruturas econômicas e político-sociais” próprias do mundo capitalista, “livre” e “democrático”.⁹

Vale ressaltar que as propostas reformistas do governo Goulart eram vistas como abertura para o comunismo não somente por setores de direita do país, mas também por países capitalistas como os EUA. A atribuição do caráter comunista a Goulart se deu desde sua nomeação como Ministro do Trabalho, durante o governo Getúlio Vargas na década de 1950. Jango era o herdeiro político de Vargas e um dos líderes trabalhistas do PTB.

A classe média do país, maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais, proprietários rurais, os banqueiros e os principais partidos de oposição ao governo como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) insistiam que Jango estava articulando um golpe que instauraria o temido comunismo no Brasil. Partindo de setores empresariais da direita que contavam também com o apoio de segmentos mais conservadoras da Igreja Católica e da sociedade civil, foram construídas no período que antecedeu o golpe, várias organizações de caráter anticomunista, dentre as mais

⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 9.

⁸ BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1978. p.148.

⁹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Um brinde ao imprevisível. In:_____. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.27.

influentes estavam o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática- IBAD.

Durante os dois anos e meio em que João Goulart assumiu a Presidência da República (1961- meados de 1964) o país vivenciou um novo contexto político-social, uma vez que, ele não se preocupava em manter as tradições conservadoras. O governo Goulart foi marcado por instabilidade política e uma forte crise econômica que vinha desde governos anteriores. Jango não possuía apoio do Congresso Nacional, fator que deixava seu governo enfraquecido. Além disso, o presidente tinha seus poderes limitados pelo sistema parlamentarista vigente. Sendo assim, buscava apoio nas classes populares sustentando a criação de Projetos de Reformas de bases. Acerca da situação em que emerge o governo Goulart, Toledo descreve que:

Caracterizou-se por uma intensa crise econômico-financeira, frequentes crises político-institucionais, extensa mobilização política das classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo, crise do sistema partidário e acirramento da luta ideológica de classes.¹⁰

Essas reivindicações de operários, camponeses e estudantes tornaram-se crescentes durante o governo Jango, as manifestações pelas reformas de base e a favor de um Estado democrático começaram a ameaçar a ordem estabelecida pelos mais conservadores que afloraram as acusações contra o governo. Quando a elite percebeu que as classes populares podiam conquistar efetivamente espaços antes negados, intensificaram as articulações para possíveis golpes contra a Democracia.

Com o governo Goulart as classes trabalhadoras obtiveram espaços para fazer suas reivindicações de causas trabalhistas e agrárias. Todavia, era preciso que o Congresso Nacional aprovasse tais reformas para que fossem implantadas, e como já foi dito, o governo não contava com o apoio suficiente no Congresso, apesar das constantes tentativas de acordos por parte do presidente tanto com o Congresso, quanto com as classes conservadoras. Os principais fatores que desencadeavam a problemática no governo Goulart eram devido a essa dificuldade que encontrava nas tentativas de negociações, pois como aponta Toledo: “Goulart nem conseguia o pleno respaldo das classes populares e trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes”.¹¹

¹⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. Op. cit., p.9.

¹¹ Idem.

Em todo seu mandato Goulart fora pressionado tanto pelos setores de direita quanto por movimentos de esquerda, embora a inclinação dele fosse mais ao sentido da esquerda. A aproximação de Goulart com os movimentos de esquerda não significava que não recebia críticas de setores da esquerda mesmo que em menor escala comparadas as críticas vindas da direita. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, as reclamações de setores da esquerda eram leves e no geral, acreditavam que Jango era bem intencionado em relação aos problemas sociais e viam nele a possibilidade das reformas de base que julgavam necessárias para acabar com problemas sociais que atormentavam todo o país.¹²

O governo Goulart no modo parlamentarista se estendeu até 1963, quando através de um plebiscito popular houve enfim a derrota desse sistema. Findando as limitações políticas, Jango teve seus poderes restaurados podendo assim tomar as medidas reformistas tencionadas desde o início do seu governo, bem como a política externa independente, pela qual pretendia expandir o comércio de exportação de produtos brasileiros para outros países, inclusive aqueles com sistema socialista, como a União Soviética, China e Cuba. Essa medida apresentava caráter ameaçador para a elite conservadora, uma vez que o “fantasma” Cuba os assustava, temendo que o país trilhasse o mesmo caminho revolucionário que a ilha trilhou em 1959. Esse temor aumentara devido à recusa de Goulart em colaborar com os Estados Unidos na invasão de tropas americanas em Cuba.

Mesmo com a virada do sistema parlamentarista para o presidencialismo, a forte crise econômica continuava e a crescente inflação e a alta dívida externa agravavam os problemas sociais no país. Surgiu então a proposta do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social elaborado pelos ministros Celso Furtado e San Tiago Dantas objetivando aniquilar os problemas econômicos, principalmente a crescente inflação. A criação do Plano Trienal fora uma tentativa de “acalmar os ânimos”, já que Jango investia na política conciliadora entre classes conservadoras e classes populares. Para Toledo, o Plano Trienal “na sua formulação teórica, julgava poder harmonizar e satisfazer interesses contraditórios de padrões e empregados, de proprietários e trabalhadores assalariados”.¹³ Esse estilo conciliador era refletido também na composição do ministério presidencialista que abarcava desde políticos a militares rígidos.

¹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Personagens. In: _____. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 33.

¹³ TOLEDO, Caio Navarro de. Op. cit., p.43.

O plano não conseguiu alcançar seus objetivos de estabilização econômica, uma vez que, nas tentativas de obter apoio das classes conservadoras, do PSD em conseguir empréstimos com credores internacionais principalmente com os EUA, desencadearam inúmeros protestos dos setores de esquerdas. Além disso, para diminuir o problema da inflação e melhorar a economia, o plano requeria cortes nos gastos públicos, exigiria que os empresários diminuíssem a obtenção de lucros e prejudicaria os trabalhadores com arrocho salarial. Sendo assim, nenhum desses dois grupos apoiou plenamente a proposta do plano. Sobre isso, Ferreira e Castro Gomes discutem que “todos queriam a queda da inflação, mas ninguém queria arcar com os custos para se alcançar o objetivo”.¹⁴

Com todos esses impasses, a proposta foi dispensada. Com o insucesso do Plano Trienal, Jango intensificou a necessidade das Reformas de Bases. Em 13 de Março de 1964 o Presidente, com auxílio de governadores aliados, realizou um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com finalidade de mostrar à população que de fato seriam realizadas as reformas, com isso pretendia obter apoio da maior parte da sociedade. O comício repercutiu em todo o país e gerou muitos debates e controvérsias, foi divulgado pela imprensa, pelos que defendiam os planos de Jango e também pelos jornais de oposição.

A validação das propostas feitas por Goulart no grandioso comício do dia 13 de março aumentou ainda mais o temor dos conservadores e militares da direita de que ele daria um golpe de Estado. Levando-os a buscar apoio financeiro e militar dos Estados Unidos para a tomada do poder das mãos de Goulart. Militares, partidos conservadores de oposição, parcelas e segmentos da sociedade civil, intensificaram as lutas pró-derrubada de Jango do poder. Daniel Aarão Reis aborda que: “toda essa frente, bastante heterogênea constituiu um verdadeiro movimento civil, expresso em encontros, comícios e nas famosas Marchas da Família com Deus e pela Liberdade”.¹⁵

Todas essas manifestações das direitas culminaram no golpe do dia 31 de março/1º de abril que depôs João Goulart, pôs fim a experiência democrática de 1964 e se estendeu até 1985. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado:

Os conspiradores contaram com o apoio de organizações como: Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA), Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher Democrata (LIMDE), além de jornais da grande imprensa, que tinham uma

¹⁴ FERREIRA, Jorge; GOMES Angela de Castro. Op. cit., p.155.

¹⁵ REIS, Daniel Aarão. Op. cit., p. 38.

posição antigetulista e antijanguista. Entre eles se destacavam O Estado de São Paulo e O Globo.¹⁶

A tomada do poder pelos militares foi vista, sobretudo, como medida para evitar as reformas de bases de Jango, (principalmente a mais temida das reformas, a reforma agrária) que segundo as classes dominantes e conservadoras serviria de base para instauração de um golpe comunista. A princípio, a decisão de derrubada de Jango seria apenas preventiva e de curto prazo. Até então não se pretendia chegar a uma ditadura. Na compreensão de Toledo, a falta de resistência mais eficaz por parte das esquerdas, percebida nesse momento, foi surpresa, pois, havia uma constante mobilização pelas reformas. Para o autor, as forças progressistas e de esquerda se encontravam “desarmadas, desorganizadas e fragmentadas”, alegando que não queriam assistir a uma guerra civil no país, “nenhuma resistência ofereceram aos golpistas”.¹⁷ Essa ausência de mobilização de esquerda contra o golpe pode ter sido também devido ao despreparo/desorganização dos partidos favoráveis a Jango. Talvez também acreditassem que o golpe não duraria mais que uma semana e que conseguiriam nos próximos dias a retomada do poder das mãos dos militares, não esperavam que viessem anos de chumbo. Contudo, a medida preventiva que seria de curto prazo conseguiu se estender por 21 anos.

1.2. A Construção da Ditadura

A derrubada do presidente João Goulart pelo golpe de 31 de março 1964, destituiu o governo constitucional da República, findou o processo democrático de reformas de base e o projeto de República que diligenciava aliança com as classes populares, trabalhadores e camponeses. O governo dos militares respaldados por parcelas significativas da sociedade deram seguimento no Brasil a uma política capitalista e se iniciou um sistema político de autoritarismo e modernização do Estado Nacional.

O golpe precisava ser legitimado e ter uma base de sustentação do regime, sendo assim, os golpistas reorganizaram o Poder Legislativo. Utilizaram uma fachada democrática e discursos baseados na luta anticomunista e na divulgação do golpe como “revolução

¹⁶ DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Julho 2009. p. 134.

¹⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. p. 24.

vitoriosa”. Além disso, empregavam o processo de modernização do país como fator que denotaria a legitimidade do regime.

Logo nos primeiros meses após o golpe, os militares e seus aliados tomaram medidas com finalidade de garantir a permanência do regime, como a promulgação dos Atos Institucionais que garantiam a supremacia do governo militar. O novo sistema político que dava sustentação ao golpe e mantinha o poder e controle social nas mãos do governo militar se concretizou com a publicação do primeiro Ato Institucional (AI-1) em 9 de abril de 1964, que decretou uma série de medidas ditatoriais e repressivas. Para Maria Paula Araujo, Izabel Pimentel da Silva e Desirree dos Reis Santos dentre as deliberações mais extremas se destacou a “suspensão dos direitos políticos, abertura de inquéritos e processos, cassação de mandatos de políticos de oposição ao golpe e a perseguição daqueles considerados inimigos da ‘revolução’.” Uma operação limpeza foi colocada em prática para varrer os “inimigos internos” do cenário político.¹⁸

Nos anos em que vigorou a ditadura civil-militar, houve avanço da industrialização e modernização do país, bem como programas de estabilização econômica (sobretudo no primeiro governo militar na figura de Castello Branco). Os governos militares promoveram medidas arbitrárias para o combate da elevada inflação. Para isso, recorreram a critérios que afetaram direta e principalmente os trabalhadores, como o conhecido “arrocho salarial”. Paul Singer assegura que o fator que desencadeava a aceleração dos preços dos produtos era os aumentos nos salários. Destarte, o autor reitera que “para interromper a chamada espiral de preços e salário, o governo militar interveio nos sindicatos e proibiu as greves”.¹⁹ Deste modo, é válido afirmar que foram os sindicatos de trabalhadores os mais prejudicados com a repressão, os sindicatos foram aos poucos perdendo força e os trabalhadores ficando marginalizados na sociedade. Embora essas medidas adotadas pelo governo Castello Branco não tenham sido suficientes para acabar com o problema inflacionário, fora determinante para que nos anos 1964-1965 a inflação não alcançasse níveis ainda mais assustadores.

Os militares e seus aliados civis investiram na rápida industrialização e urbanização da sociedade. Segundo Renato Ortiz, “a intervenção do Estado cria, dessa forma, novas

¹⁸ ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. Formas de Luta e Resistência. In: _____. **Política Ditadura militar e democracia no Brasil** : história, imagem e testemunho. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p. 19.

¹⁹ SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (coord.) **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. v 5. Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2014. cap 4 . p. 183-232. p. 187.

possibilidades para o desenvolvimento das empresas nacionais e estrangeiras.”²⁰ Já havia no país políticas inovadoras desde a década de 1950, mas durante a ditadura civil-militar efetuou-se o processo de modernização intensa, embora conservadora. Devido a esse processo, a sociedade foi ficando cada vez mais urbanizada, graças a expansão das técnicas agrícolas. Consequentemente, grande parte da população predominantemente rural passou a fazer parte da sociedade industrial.

Associado a esse crescimento industrial, as desigualdades regionais foram agravadas, uma vez que, as medidas progressistas foram limitadas as regiões Sul e Sudeste do país, que ficou então dividido entre uma elite urbana e industrializada, com acesso a escolaridade, melhores condições de vida e saúde, basicamente concentrada nessas duas regiões, enquanto a população das Regiões Norte e Nordeste sofria com situações de extrema pobreza. Contudo, como disserta Ortiz, a prolongação do regime no Brasil, comparado àqueles instaurados nos demais países da América-Latina, foi consequência do avanço da modernização.²¹ E como foi dito anteriormente, os militares atribuíram a legitimidade do regime a esse avanço.

Em 15 de Abril de 1964, o general Castello Branco foi eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional, e em 1965 estabeleceu o Ato Institucional nº 2 (AI-2), decretando o fechamento do Congresso Nacional, a realização de eleições indiretas para a Presidência da República e consolidando o sistema nacional de informações. Além disso, conforme descreve Ferreira e Castro Gomes, com o AI-2 “os partidos políticos foram extintos, substituídos por apenas dois: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB)”²² consolidando assim o sistema conhecido como bipartidarismo.

Desde a criação do primeiro Ato Institucional o regime recém-instalado no país demonstrara seu caráter violento. Diferente do que se pensa, a extrema violência não se concretizou somente a partir da publicação do AI-5. Segundo Janaína de Almeida Teles, “cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura; milhares de presos políticos foram submetidos à tortura [...] e centenas de camponeses assassinados”.²³ Muitas pessoas ainda estão até hoje desaparecidas e grande parte das mortes devido a torturas não era divulgada e quando veiculada, usavam o suicídio como causa.

²⁰ ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. cap 6. p.113.

²¹ Idem.

²² FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p.387.

²³ TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**. v. I. São Paulo: Hucitec, 2009. cap 7. p. 151.

Com a implantação do Ato Institucional nº5 (AI-5) em dezembro de 1968, a ditadura se tornou ainda mais autoritária, os processos de habeas corpus foram interrompidos, verificou-se aumento do rigor do sistema de segurança e conseqüentemente a radicalização da repressão. Destarte, o regime se mostrou claramente ainda mais violento. Ademais, houve a intensificação de muitos órgãos repressivos, tais como o Serviço Nacional de Informações (SNI), Superior Tribunal Militar (STM), Supremo Tribunal Federal (STF), Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), Destacamento de Operações de Informações (DOI), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), dentre outros.

Após o ano de 1968, com a divulgação do Ato Institucional Número 5 a censura política à imprensa se tornou sistemática, porém nunca praticada de forma escancarada e com um amparo legal conhecido por todo o país. Desde muito tempo existira censura política no Brasil, embora de maneira esporádica, mas como aponta Carlos Fico:

É certo que, a partir de dezembro de 1968, com a edição do AI-5, houve uma intensificação da censura da imprensa, pois o *decretum terribile* permitia praticamente tudo. Desde então, a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer a instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder²⁴.

Todo o conteúdo da imprensa da época deveria ser revistado pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e também pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) que funcionavam como sistema de espionagem e decidia o que poderia ou não ser publicado. Logo, vários jornais foram invadidos e fechados; jornalistas foram presos, torturados e várias editoras passaram a existir na ilegalidade.

Na década de 1970, com a busca pelo “inimigo interno”, os militares enquadraram os militantes de organizações da esquerda armada como terroristas, justificando assim as mais brutais formas de violência empregadas contra os mesmos, a ditadura torturou, espancou, exilou e sumiu com militantes e adversários políticos. De acordo a Comissão Nacional da Verdade, as atrocidades denunciadas pelos ex-presos políticos e diferentes entidades que militaram contra a ditadura são desde torturas psicológicas a torturas físicas como choques e espancamentos. As mais comuns relatadas em depoimentos das vítimas são: pau-de-arara (onde o indivíduo ficava pendurado de cabeça para baixo, com pés e mãos amarradas), choque elétrico, afogamentos, cadeira do dragão (uma espécie de cadeira elétrica), palmatória,

²⁴ FICO, Carlos. *Prezada Censura: cartas ao regime militar. Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002. p. 253.

espancamentos, dentre outras.²⁵ O Estado adotou a tortura como o principal método contra a subversão, mesmo não sendo uma prática pública, era através dessa atrocidade que a polícia política conseguia nomes e endereços de outros adversários políticos procurados pela ditadura.

Um depoimento que nos permite perceber essa situação de repressão e tortura por parte do Estado foi dado por Amélia de Almeida Teles²⁶, ela foi presa em dezembro de 1972 e levada a Operação Bandeirantes (Oban). Segundo Amélia, as torturas se iniciavam com choques elétricos. Os torturadores despiam as vítimas, os molhavam e distribuíam choques nas mais diversas partes do corpo, geralmente as mais vulneráveis, como órgãos genitais, umbigo e boca. Amélia relata ainda que durante o período em que ficou presa, só não recebeu choques nos olhos e na boca. Além de toda a tortura física ela também sofreu tortura psicológica: a presença dos filhos na cela onde aconteciam as torturas logo após ser torturada e as constantes ameaças de que eles poderiam ser machucados.²⁷

O martírio durante os dias de prisão dos presos políticos ficaram marcados também na vida de crianças que foram levadas aos porões da ditadura junto com os pais, ou foram bruscamente separadas deles. O uso de crianças em constantes ameaças para conseguir arrancar informações dos pais e a atribuição do termo terrorista a bebês ainda de colo, mostram o lado mais cruel da ditadura.

Outra maneira que a ditadura tinha para lidar com seus adversários políticos era o exílio. Banir para outros países militantes envolvidos em lutas de resistência ao regime era sem dúvidas um dos recursos mais recorrentes da repressão. Durante a ditadura civil-militar foram exilados para outros países vários presos políticos e em alguns casos, foram juntos com os pais os filhos ainda crianças e/ou adolescentes.

A dura experiência do exílio deixou traumas em cada um dos indivíduos exilados, bem como em todos os membros da sua família. E quando se refere ao exílio de crianças e

²⁵ Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas. Parte III – In: **Brasil**. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

²⁶ Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Presa em 28 de dezembro de 1972, foi levada à Operação Bandeirantes (Oban), onde foi submetida a sessões de torturas. Seus filhos, Edson e Janaína, com 4 e 5 anos de idade, também foram sequestrados e levados à Oban, onde viram os pais serem torturados. Feminista, participou do Jornal Brasil Mulher na década de 1970. Hoje Amelinha é diretora da União de Mulheres de São Paulo, coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares, integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e é assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/index.html>>. Acesso em: 11/03/2018.

²⁷ AZENHA, Luiz Carlos. As crianças e a tortura. Jornal da Record. 10/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>>. Acesso em: 06/12/2017

adolescentes estes no momento em que caem ao exílio, como explana Tatiana Moreira Campos Paiva, deixam de ser passivos às marcas da ditadura civil-militar, passando a ser agentes ativos, compondo relação própria com o regime.²⁸

Qualquer indivíduo que fosse considerado subversivo era cassado pela polícia política, que a partir do funcionamento do AI-5, tinha abertamente o direito de prender aqueles considerados terroristas, bem como parentes e amigos dos mesmos. Sendo assim, muitos desses cassados e presos foram obrigados a se exilarem em outro país por participar ou dar apoio aos movimentos de luta contra a ditadura civil-militar. Uma vez obrigados a deixar o território nacional, para sempre terão marcas do trauma do exílio, pois, como descreve Paiva:

Os exilados carregam uma marca de distinção que está calcada na aplicação de um castigo, de uma punição. Por isso não há escolha envolvida nesse processo. Diferentemente de imigrantes e estrangeiros, não saem de seus países em busca de melhores condições de vida, e também pouco são motivados por interesses financeiros e econômicos. Aquele que recebe o título de exilado assim o adquire a partir da derrota de um projeto, no qual estavam fundamentando seus desejos e suas aspirações de mudança.²⁹

À medida que a ditadura foi se consolidando percebeu-se um fechamento político gradual no país. Somado a isso, a implantação dos Atos Institucionais e a maneira violenta em que o regime foi ganhando formas autoritárias descontentara muitos dos apoiadores da deposição de Goulart e do golpe. Grande parcela desses apoiadores não presumia que os militares ficariam por muito tempo no poder, imaginaram que como acontecera em situações anteriores, os militares restaurariam a ordem e logo entregariam a Presidência da República a seus aliados civis e voltariam aos quartéis.³⁰ Esses descontentamentos estimularam a participação de civis, que outrora apoiaram o golpe, nas manifestações de oposição à ditadura civil-militar.

Mesmo com toda a repressão, as esquerdas organizadas em movimentos de oposição, se mostravam fortes no que diz respeito à resistência ao regime. Ao longo dos anos foram organizando guerrilhas contra a ditadura, diversos movimentos e estratégias de combate a

²⁸ PAIVA, Tatiana Moreira Campos. Memórias de uma herança: a experiência de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**. v. I. São Paulo: Hucitec, 2009. cap. 6. p. 155-150. p. 136.

²⁹ Idem.

³⁰ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. cap 2. p. 30-47. p.35.

repressão, destacando-se a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Política Operária (Polop), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Estudantil, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), além de outros grupos menores que foram se formando ao longo dos anos. Ressalta-se que dentro dessas esquerdas havia divergências, majoritariamente por conta de alguns grupos desejarem a luta armada, enquanto outros procuravam manter uma luta política, divergiam também em relação a zona onde deveria acontecer as guerrilhas, alguns defendiam que fosse em zona urbana, já outros preferiam que fosse nas zonas rurais, iniciando a guerrilha pelo campo.

Decorrente do aumento dos atentados aos direitos humanos e a democracia, sujeitos de diferentes áreas sociais bem como setores da Igreja Católica passaram a expressar o sentimento de repúdio ao regime que vigorava no país. Segundo Marcelo Ridenti, “a contestação radical à ordem estabelecida no pós-64 não se restringia às organizações de esquerda; difundia-se socialmente na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura”.³¹ Foram surgindo as mais diversas formas de expressão contra a ditadura, músicas, poemas, filmes, quadros, dentre outras. Esse envolvimento cada vez maior das massas no combate ao regime e as denúncias da violenta repressão política representava grande ameaça ao governo militar. Uma vez que, a violência exercida contra os ataques das guerrilhas armadas, era justificada pelo combate ao comunismo e ao terrorismo. Mas, justificar a repressão contra a mobilização de setores da sociedade era tarefa difícil.

O pleno funcionamento do Ato Institucional nº 5, dificultava a oposição de organizar mobilização de massa e mais ainda a luta armada. Mas toda a coibição vinda do governo não impossibilitava as tentativas de derrubar a ditadura seja pelas armas ou de maneira pacífica. A princípio incentivados pelo caráter nacionalista, alguns grupos de esquerda, aqueles que pretendiam formar oposição armada, organizaram ações de guerrilha urbana e posteriormente a guerrilha do Araguaia articulada pelo PCdoB e derrotada em 1974.³² A resistência em defesa da democracia e contra o autoritarismo esteve presente em todo o período de ditadura civil-militar.

1.3. A Redemocratização e a Transição Conciliadora

³¹ Ibidem, p. 14.

³² REIS, Daniel Aarão Filho; GASPARI, Elio; BENJAMIN, César; MARTINS, Franklin; MAGALHÃES, Vera Sílvia; SALEM, Helena; LEITE, Paulo Moreira; NAHAS, Jorge; RIDENTI, Marcelo; FREIRE, Alípio; HORTA, Celso; SADER, Emir; ALMADA, Izafas; LINS, Consuelo; PIVETA, Idibal; MUNIZ, Dulce; TAPAJÓS, Renato. **Versões e ficções: o sequestro da história.** São Paulo, Ed: Fundação Perseu Abramo, 1997. p.19.

Em meados da década de 1970, a ditadura parecia estar enfraquecendo, a inflação estava em alta assim como a corrosão salarial, a economia apresentara os primeiros sinais de desequilíbrio com a crise do petróleo, quando membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentaram o valor do produto, 80% do petróleo utilizado no Brasil era importado.³³

Foi nesse cenário que o presidente Ernesto Geisel assumiu a presidência da República. Nos seu governo, Geisel desenvolveu o projeto Geisel-Golbery de abertura política que fora pensado desde o governo do general Emílio Médici. A proposta militar de abertura política visava uma abertura *lenta, segura e gradual*. Como aponta Reis, “o que equivalia a uma retirada, a operação militar mais delicada”³⁴, que conseguisse, sobretudo, a reconstitucionalização do regime. Durante esse período os movimentos de oposição estavam a pleno vapor mesmo com a intensa repressão. A classe intelectualizada do país, assim como grande parte da elite, não hesitava em demonstrar os descontentamentos com o regime em vigor.

Nos anos que se seguiram, houve intensa mobilização social em defesa do fim da ditadura civil-militar, tais movimentos começaram a ganhar maior visibilidade. Sendo assim, o projeto de abertura, embora tenha sido conservador e partiu dos militares, foi resultado das pressões da população, da luta política cotidiana de setores da sociedade brasileira. Setores da Igreja Católica, sindicatos e o movimento estudantil partiram em defesa dos Direitos Humanos violados pelo regime militar. Nessa conjuntura ganharam destaque as manifestações em favor da anistia para os presos políticos. Na compreensão de Teles, a campanha pela anistia “se constituiu no único movimento da sociedade civil que tratou a luta dos familiares de mortos e desaparecidos como uma questão política e pública, e não algo a ser tratado no âmbito privado.”³⁵

Em 1979, já no governo de João Baptista Figueiredo a lei nº 6.683 votada no Congresso Nacional, saiu vitoriosa. Concedendo a anistia para os presos políticos condenados por crimes de caráter político, eleitorais, terrorismos, assalto, sequestro, atentado pessoal e ainda crimes de qualquer natureza relacionados a crimes políticos. Segundo Teles:

³³ MORAES, Mário Sergio de. Memória e cidadania: as mortes de V.Herzog, Manoel F. Filho e José F. de Almeida. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**. v. I. São Paulo: Hucitec, 2009. cap 2. p.47-65. p.47.

³⁴ REIS, Daniel Aarão. Repressão e desenvolvimento: a modernização conservadora. In: _____. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005. p. 39.

³⁵ TELES, Janaína de Almeida. Op. cit., p.163.

Apesar de não ter anistiado os crimes dos torturadores e de seus mandantes, na prática impediu que eles fossem levados ao banco dos réus em função de uma redação ambígua e uma conveniente interpretação da lei: esta considerou a tortura crime conexo aos crimes políticos cometidos pelos dissidentes.³⁶

Embora a lei da anistia tenha beneficiado vários presos políticos e tenha permitido o retorno dos que foram exilados do país, a lei também garantia impunidade as violações dos Direitos Humanos cometidos pelo Estado Nacional. Ao conceder anistia aos crimes como assassinatos e torturas decorrentes de situações políticas isentava os militares de qualquer investigação a respeito dos delitos cometidos com a prisão dos subversivos.

Dessa forma, os familiares das pessoas desaparecidas ou mortas em decorrência de torturas nos interrogatórios e os sujeitos que sofreram algum tipo de tortura desde 1972 iniciaram as reivindicações em favor da investigação dos crimes cometidos pelo Estado Nacional e também dos responsáveis pelos atentados aos Direitos Humanos na busca por “verdade e justiça”.³⁷

Desta forma, a Anistia atuou também como um silenciamento da história. Nesse sentido, afirma Reis: “toda anistia implica silêncios. Ao contrário de certo senso comum, anistia não significa perdão, mas esquecimento”.³⁸ Esse esquecimento foi controlado pelo Estado que construiu uma memória de que ambas as partes foram violentas. Essa memória não levou em consideração tanto o autoritarismo da ditadura, nem os projetos políticos da esquerda ou ainda as suas propostas revolucionárias. Várias denúncias de tortura foram feitas durante o período da ditadura, políticos, jornalistas, militantes, dentre outros mesmo com toda a repressão não cessaram as vozes no tocante às denúncias. Porém, após a Lei da Anistia esse assunto não foi mais pronunciado, ficando esquecido.³⁹

Todavia, já nos anos 1980, o enfraquecimento da ditadura civil-militar era bastante visível, as mobilizações de massas se tornaram incontroláveis e a situação política, econômica e social no país estava bastante conturbada. Ademais, havia um grande desgaste em relação ao governo militar na pessoa de Figueiredo. O agravamento da inflação, o aumento da taxa de desemprego e a crise na economia tornaram-se grandes ameaças ao projeto de abertura política *lenta, gradual e segura* elaborado pelos governos militares dos anos anteriores.

³⁶ Ibidem, p. 253.

³⁷ Idem.

³⁸ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, janeiro-junho de 2010. p. 182.

³⁹ Idem.

Nos anos que compreendem o final da década de 1970 e início da década de 1980, houve em toda a América Latina um processo de redemocratização nos países onde em anos anteriores foram instauradas ditaduras. No Brasil, já não vigorava mais o AI-5 (Ato Institucional que concedia maior poder aos militares) que expirou em 1978 como resultado das reformas institucionais, tendo sido restaurado o habeas corpus que poderia ser acionado quando um indivíduo se sentisse ameaçado ou se fosse restringido seu direito de liberdade.⁴⁰

A transição brasileira para a democracia foi um processo de negociações, frustrações e resistências. Em 1980, com a reforma partidária, findou-se o sistema de bipartidarismo, retornando assim o pluripartidarismo. Já não se tinha apenas dois partidos no país e com isso, os partidos de oposição ao Regime puderam voltar a atuar no cenário político bem como puderam ser criados várias outras agremiações. Conforme Araújo, Silva e Santos:

Novos partidos surgiram: o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o antigo MDB); o PDS (Partido Democrático Social, o partido do governo); o PDT (Partido Democrático Trabalhista); o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e, um pouco mais tarde, o PT (Partido dos Trabalhadores).⁴¹

O governo militar propôs a abertura política nem tanto no sentido da redemocratização do país, mas no sentido de reconstitucionalizar o regime, por isso o processo se dava a partir de cima. As reformas institucionais serviam principalmente para conter as manifestações contra o governo. De acordo com Francisco C. Teixeira da Silva:

O ponto de vista dos atores militares [...] prende-se claramente a um projeto de abertura limitado e conduzido pelo alto, do qual estariam excluídas as forças de oposição, que então procuravam na revolta aberta contra o regime a realização do projeto de abertura considerado verdadeiramente democrático.⁴²

Em razão disso, os movimentos de esquerda saíram do campo da luta armada e partiram para a luta político-democrática. Foram se juntando aos movimentos várias organizações que por anos foram retidas pela repressão, como os sindicatos de trabalhadores e o movimento estudantil. Avançou-se por todo o país as manifestações em favor da

⁴⁰ REIS, Daniel Aarão. Repressão e desenvolvimento: a modernização conservadora. In: _____. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005. p.41.

⁴¹ ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirre dos Reis. Redemocratização e o Direito à Memória, à Verdade e à Justiça. In: _____. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p. 39.

⁴² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise na Ditadura Militar e o Processo de Abertura política no Brasil 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. cap. 7. p. 259.

democracia. Greves e passeatas se tornaram constantes mesmo com as tentativas do governo de desarticular os movimentos.

Com o fim do bipartidarismo, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT) que contava com a aliança de trabalhadores e operários do ABC paulista assim como de vários setores populares. Na liderança de Luís Inácio Lula da Silva, o Partido obteve lugar importante nas lutas em favor da redemocratização do país uma vez que, elegeu vários deputados federais e estaduais nas eleições de 1982, onde os partidos de esquerda saíram vitoriosos.

A desorganização econômica que dera lugar a inflação, desencadeou uma onda de mobilização popular. Uma das maiores manifestações em defesa da redemocratização do país foi o movimento que desejava a eleição direta para Presidente da República, que logo se transformara no maior movimento cívico-popular: a campanha chamada de “Diretas-Já”. Os governadores de oposição ao regime se reuniram em comícios por todo o país, onde defendiam as eleições diretas para a presidência da República. Consoante Delgado:

A campanha Diretas-Já constituiu um movimento suprapartidário que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar em torno da bandeira de retorno das eleições diretas para presidência da República. Dentre os partidos oficiais que participaram da campanha destacaram-se: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). [...] Também contribuíram fortemente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) naquela época ilegais.⁴³

Vários setores da sociedade civil também participaram das mobilizações demonstrando caráter heterogêneo da campanha que conseguiu reunir trabalhadores, estudantes, artistas, políticos, jornalistas e intelectuais. A reivindicação pela eleição direta para a presidência da República se formalizou com a Emenda do Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB). A emenda foi votada pela Câmara Legislativa Federal em 26 de abril de 1984 e para decepção dos apoiadores da emenda, a mesma não fora aprovada.

A derrota da Emenda de Dante de Oliveira não parou o processo de transição política, tampouco os anseios da população pela volta da democracia. As mobilizações, cada vez mais, foram ganhando apoio das mais variadas áreas da sociedade e também da imprensa. A proposta conciliadora em detrimento da Emenda das Diretas-Já foi a eleição indireta de 1985, com o lançamento da chapa de Tancredo Neves para Presidente e José Sarney como

⁴³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e Democracia**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 414.

vice-presidente. A candidatura de Tancredo se deu mediante as negociações entre as elites e os militares. O objetivo das elites era permanecer a frente dos aparelhos do Estado e manter o país no modelo capitalista. Mesmo com todas as lutas pelas eleições diretas, estas só foram acontecer em 1989, após ser estabelecida a constituição de 1988.

Em suma, a eleição indireta feita pelo Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves para presidente da República, porém Tancredo morreu antes mesmo de ser empossado. Sarney então assumiu a presidência marcando assim o fim dos governos militares no Brasil. “O último general presidente não passaria a faixa presidencial ao seu sucessor, retirando-se do Palácio do Planalto pela porta dos fundos. Começava a Nova República.”⁴⁴ Entretanto, eleição dos líderes civis em 1985 não mostrou senão o caráter conciliador das elites. Os trabalhadores e grande parte dos integrantes das mobilizações ao longo da década de 1980 em nada se beneficiaram com o resultado da eleição indireta. A vitória de um civil na eleição de 1985 não significou afastamento dos militares dos cargos públicos, muitos generais ainda continuaram a exercer altos cargos e não responderam pelos atos de violência cometidos durante o regime em que ficaram no poder. Na compreensão de Napolitano, naquela conjuntura, alguns dos setores de esquerda se preocuparam apenas com as mudanças estruturais e a transição para a democracia, deixando em segundo plano, ou por conta dos próprios familiares, a preocupação com tema de “verdade e justiça”. Para o autor, alguns setores da esquerda tiveram:

Posturas diversas diante da questão da punição aos violadores dos direitos humanos. Os sobreviventes da luta armada voltando do exílio ou saindo das prisões inseriram-se na militância dos movimentos sindicais e dos bairros. A esquerda comunista/pecebista abriu mão de qualquer pressão por punição em nome das alianças e da consolidação da abertura, jogando para frente, para um futuro regime democrático, a resolução dessa questão.⁴⁵

Contudo, mesmo com a luta de grupos de defesa dos Direitos Humanos e de familiares em favor da investigação dos assassinatos, torturas e prisões ocorridos durante o governo militar, não houve a definição de quaisquer punições aos violadores dos Direitos Humanos naquele momento. O período permaneceu como uma ferida aberta na sociedade brasileira, pesando o silêncio e o esquecimento sobre tais acontecimentos.

⁴⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit., p.279.

⁴⁵ NAPOLITANO, Marcos. A ditadura entre a memória e a história. In: _____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 290.

A abordagem de todo esse contexto desde os acontecimentos de 1964 ao ano de 1985 com o fim dos governos militares, nos permite abrir caminhos para a compreensão de como toda a conjuntura da época, principalmente no que diz respeito ao processo de redemocratização e fim da ditadura, desencadeou posteriores batalhas de memórias sobre a ditadura no Brasil. A construção desse capítulo, facilita a compreensão das memórias construídas sobre o período e abordadas na série jornalística da TV Record.

2 História, Memória, Televisão e Ditadura

2.1. A batalha de memórias sobre a Ditadura no Brasil.

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais.⁴⁶

A memória em seu sentido inicial é a presença do passado, sendo uma importante fonte e objeto de estudo para a História. É a partir da memória, seja ela individual ou coletiva, que os indivíduos instituem suas identidades. Dada a importância da memória como “propriedade de conservar certas informações graças às quais o homem pode atualizar impressões”, faz-se necessária a investigação das fontes ricas em memória histórica, tanto no estudo de um passado distante, quanto do “passado presente”⁴⁷. Nesse sentido, a série de reportagens jornalísticas objeto de pesquisa desse trabalho constitui-se enquanto fonte documental como portadora dessa memória histórica e se enquadra no âmbito da História do Tempo Presente.

Enquanto a história trabalha com acontecimentos colocados em público, basicamente com o fato em si, a memória concentra naquilo que está conservado dentro de um grupo ou no particular de cada indivíduo, especialmente as reações que cada acontecimento/fato causou sobre eles. De acordo Delgado, “[...] A memória é também jogo simultâneo de ocultamento, esquecimento, interdição, lembrança e revolução”.⁴⁸ Em todo relato de memória há intenções premeditadas, não há neutralidade, inocência ou espontaneidade. Cada um conta sua história segundo seus próprios interesses, valores e percepção de mundo.

Constituindo-se como responsável pela formação de identidades de um grupo, a memória pode contribuir para o enaltecimento de determinadas histórias ou feitos de um povo, e o esquecimento de outras, devido ao fato de existirem memórias distintas sobre o mesmo acontecimento, exemplo disso são as memórias produzidas sobre o “massacre de Civitella”.

⁴⁶ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p.29.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p.423.

⁴⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Jango: cinema, história, memória e reconhecimento-interseções. In: FERREIRA, Marieta de M.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 68.

O massacre ocorreu em 29 de junho de 1944, quando tropas da ocupação alemã executaram 115 civis do pequeno vilarejo de *Civitella Val di Chiana* localizado nas proximidades de *Arezzo*, na *Toscana*, Itália. Ao que indica, a retaliação alemã foi decorrente do assassinato de três soldados alemães por membros da “resistência” italiana em 18 de Junho. Esse episódio suscitou duas memórias em confronto. Por um lado, as instituições e celebrações oficiais inspiradas da “resistência” atribui a culpa do massacre aos alemães enquanto sobreviventes, viúvas e filhos das vítimas culpam a própria “resistência” pelo ocorrido.

A memória oficial sobre tal massacre, não levava em consideração as várias outras memórias da comunidade. As celebrações aconteciam somente em virtude da comemoração da ação da “resistência”. Somente depois da conferência de *Arezzo* em 1994 que essas outras memórias ganharam importância nos discursos oficiais e passaram a fazer parte das celebrações. Assim, abriram-se espaços para todas as memórias construídas ao longo dos anos por todas as camadas da sociedade local sobre o episódio de *Civitella*.⁴⁹

Os embates em relação ao acontecido e o confronto de memórias foi objeto de estudo de Alessandro Portelli. Apoiado nos argumentos de Giovanni Contini, o autor afirma que existe na história de *Civitella* uma “memória dividida”:

[...] Na verdade, quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.⁵⁰

O exemplo do choque das memórias sobre o massacre de *Civitella* apresentado aqui, constitui-se como um fio condutor para a discussão da relação memória/história e da concepção da memória como um objeto de disputa social, que é construída e reconstruída de acordo com a época. Tal exemplo nos ajuda a pensar nosso próprio objeto de estudo. Os processos de instauração de ditaduras ocorridos nos principais países da América do Sul: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Peru justamente são eventos traumáticos que marcaram esses países, assim como o ocorrido no massacre de *Civitella*. Esses regimes fazem parte da História do Tempo Presente de cada sociedade, história a qual está ainda em continuidade de

⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 106.

⁵⁰ Idem.

diferentes formas. Assim como no massacre de *Civitella*, a história da ditadura no Brasil está marcada por uma “memória dividida”.

No caso brasileiro, foco dessa pesquisa, as memórias foram produzidas com natureza coletiva, constituindo a história nacional, campo onde há silenciamentos e manipulação de memórias. Na compreensão de Roberto Abdala Junior, embora essas memórias possuam caráter coletivo, “isso não significa que sejam tomadas sob o mesmo espectro explicativo e significativo historicamente pelos membros da nação”.⁵¹ Mesmo essas memórias sendo compartilhadas coletivamente, não são igualmente recebidas pelos integrantes da sociedade.

A ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) é uma ferida aberta na sociedade brasileira. Mais de 50 anos se passaram desde a deflagração do golpe de 31 de março de 1964 e não se tem um consenso nas interpretações sobre os acontecimentos daquele momento. Conforme analisa Eustáquio Donizeti de Paula, “passado meio século da ocorrência do golpe civil-militar de 1964, este acontecimento ainda é uma lembrança delicada na memória dos que viveram esse período nebuloso, principalmente para aqueles que sofreram crimes de tortura”.⁵² São muitas as produções de narrativas memorialísticas que relatam esse período da história brasileira. Diferentes grupos construíram seus discursos e buscaram a perpetuação de suas teorias e concepções do processo histórico que marcou o Brasil. Dentre esses grupos se destacam os militares, os militantes civis envolvidos direta ou indiretamente nos acontecimentos da época. Logo após o golpe e ainda no desenrolar da ditadura, assim como no processo de redemocratização, iniciaram batalhas de memória na sociedade brasileira sobre esses processos.⁵³

Desde que assumiram o governo do país os militares tentaram legitimar a intervenção política com discursos de que estariam iniciando um processo de “revolução”, impedindo assim que se instaurasse o comunismo no Brasil. Segundo Daniel Aarão Reis, durante a ditadura militar, os segmentos das direitas que estiveram no poder, “esmeraram-se

⁵¹ ABDALA JUNIOR, Roberto. A história em cena: uma teoria sobre narrativas audiovisuais e seus “diálogos” com a cultura histórica. In: _____. **Memórias da ditadura, Tv e os “rebeldes” ano 1980**. Ed: Prismas, 2017, p.79.

⁵² PAULA, Eustáquio Donizeti de. As memórias do regime militar sob a perspectiva de um centenário jornal mineiro, o “Lavoura e Comércio” de Uberaba. In: PICCOLO, Monica; (org.). **Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís: UEMA, 2016, p. 108.

⁵³ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p.39.

em cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção.”⁵⁴

Objetivando manter o poder, os militares investiram na manipulação dos meios de comunicação para que seus atos se tornassem memórias positivas. Nos anos em que ficaram no governo, os militares forjaram o silenciamento e executaram estratégias de apagamento de várias das suas ações, principalmente aquelas de violação aos Direitos Humanos. Além disso, a Lei da Anistia, promulgada em 1979, bem como a propaganda da abertura *lenta, gradual e segura* forçou o esquecimento, pois, acreditava-se que para o país seguir em frente, rumo à democracia, era preciso que houvesse a superação daquele passado traumático. Isso fora necessário também para que se conseguisse a transição conciliadora.

Parte dos indivíduos favoráveis ao regime defende que o governo nas mãos dos militares era para ser apenas um período de transição, sendo estendido por mais de vinte anos por conta das lutas da esquerda revolucionária. Os militares teriam deixado de lado o projeto revolucionário para se voltar ao combate à “subversão”. Atribuindo a culpa dos episódios que levaram a uma ditadura tanto aos militares, quanto as esquerdas.

Mesmo na década de 1980, quando o regime já demonstrava sinais de crise, as memórias construídas pelos militares, como observa Abdala Júnior, era de que o país não estava vivendo uma ditadura, mas sim um processo de “revolução”.⁵⁵ Essa memória por muito tempo fora predominante nas produções de autoria de militares e/ou de seus aliados. Quando mencionada a palavra tortura, os argumentos são de que fora utilizada somente porque, e quando, a esquerda intensificou a “subversão”. Embora nos debates sobre questões do período, esse foi o tipo de discurso preeminente, não havia hegemonia no modo como essa memória era recebida e compreendida perante a sociedade, pois, diferentes versões circulavam entre outros grupos, como as dos militantes. Segundo Donizeti de Paula:

Enquanto os detentores do poder entre 1964 a 1985 buscaram consolidar os elementos do tempo e da memória para criar uma história e uma identidade nacional ufanista a fim de perpetuar positivamente as suas marcas e ações de governo, de outra forma, os militantes de esquerda, que fizeram uma oposição ao regime ditatorial, buscam reparações e se esforçam por manter viva a memória de suas vivências da época. Há um jogo de memórias e um embate entre os representantes do regime discricionário e os que fizeram oposição e foram perseguidos no período retratado.⁵⁶

⁵⁴ Ibidem, p.39.

⁵⁵ ABDALA JUNIOR, Roberto. Op. cit., p.305.

⁵⁶ PAULA, Eustáquio Donizeti de. Op. cit., p. 109.

A partir de meados de 1980 começam a vir à tona outras memórias, aquelas que outrora se encontravam silenciadas, como de grupos de militantes, pessoas que sofreram crimes de tortura e/ou que tiveram familiares desaparecidos ou mortos pela ditadura. Esse silenciamento não significa que estas estavam esquecidas. Segundo Michael Pollak, “as fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”, o silêncio sobre o passado também representa resistência.⁵⁷ A abertura dos arquivos, onde se encontram os documentos com registros do período, facilitou o acesso a essa documentação, e conseqüentemente, potencializou a elaboração de estudos acadêmicos. Desde então, os discursos de que em 1964 houve um golpe de Estado e posteriormente a construção de um Regime Autoritário começaram a ganhar força. Nesse período, as memórias das esquerdas passaram a ser engajadas nas produções acadêmicas e escolares sobre ditadura e também nos meios de comunicação. Nessas produções voltadas para a esquerda, principalmente com a versão dos militantes, em sua maioria estão ligadas as práticas de resistência e a luta revolucionária. Ainda que essa militância tenha sofrido uma derrota militar, não se sentiam envergonhados quanto as suas escolhas e ações realizadas em meio ao regime autoritário.⁵⁸

O despertar dessas outras memórias, colocaram em controvérsia os discursos de “revolução salvadora” dos militares, que por sua vez se mostram incomodados com a memória que estava sendo consolidada na sociedade. Destarte, aumentaram as denúncias de crimes contra os Direitos Humanos bem como do caráter violento da ditadura, indicando assim a necessidade de um programa nacional de investigação às violações praticadas durante o período de instauração e consolidação da ditadura.

Tendo em vista que as principais memórias em disputas são as da direita radical e da esquerda revolucionária, a construção das versões dos demais indivíduos que vivenciaram o período em foco, foi norteadas por esses embates. Sobre isso discorre Abdala Junior: “sendo assim, por que não reconhecer: tais disputas influenciaram até mesmo a produção historiográfica, especialmente aquela que é mais contemporânea aos acontecimentos”.⁵⁹

Ressalta-se que os discursos predominantes mudaram no decorrer dos anos. A partir da década de 1990 e principalmente entre 2011-2014 ocorreu um maior debate público sobre os efeitos da ditadura no Brasil. Especialmente após o ano de 2011 havia pleno

⁵⁷ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: _____. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 6.

⁵⁸ ABDALA JUNIOR, Roberto. Op. cit., p. 91.

⁵⁹ Ibidem. p. 92.

funcionamento de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁶⁰ e encontrava-se na presidência da República a ex-presa política Dilma Rousseff. Nesse período era preeminente a versão que vinha ganhando força desde o fim da ditadura, a versão de que ocorreram no país um golpe de Estado e uma ditadura violenta. Na conjuntura atual (2016/2017/2018), porém, percebe-se um grande aumento de simpatizantes ao período de ditadura e uma alarmante veiculação nos meios de comunicação de petições de intervenção militar no país.

Por todos esses aspectos, compreendem-se como foram construídas as memórias da época de ditadura civil-militar no Brasil, principalmente as de militares, militantes e demais agentes sociais. Essa compreensão é importante para iniciar a discussão sobre a série jornalística de televisão que será discutida nesse trabalho, visto que, o contexto de produção da série foi marcado pelas disputas de memórias acerca do período e as representações construídas pelas reportagens da série, se deram a partir do processo de rememoração dos acontecimentos oriundos da ditadura.

2.2. A Comissão Nacional da Verdade e os 50 anos do golpe

Desde meados da década de 1980, tornou-se constante a luta de familiares e grupos de defesa dos Direitos Humanos para que houvesse investigação dos assassinatos, torturas e prisões ocorridos no intervalo de 1964-1985 no Brasil. Outros países como a Espanha, Argentina, Chile e África do Sul que passaram por experiências de regimes autoritários criaram também comissões de investigação. Para Suellen Neto Pires Maciel tais comissões foram criadas “com o intuito de trazer à luz os seus passados”.⁶¹ No caso brasileiro também foi sancionada a Lei 12.528/2011 para a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para que fosse feita essa investigação e tornasse públicas as violações dos Direitos Humanos e o período de investigação foi abarcado até mesmo antes do golpe, pegando o ano de 1946 até 1988. Os debates que deram origem a CNV iniciaram em 2008 com a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. A Conferência ocorreu “sob o signo da comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e tendo como lema Democracia,

⁶⁰ Criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>. Acesso em 02/05/2018.

⁶¹ MACIEL, Suellen Neto Pires. Disputas da memória: uma reflexão inicial sobre a Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. In: FERREIRA, Marieta de M.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p.120.

Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades”⁶² e apresentou sete eixos destacando-se o eixo 7 intitulado “Direito à Memória e à Verdade” que potencializou os debates acerca das violações consumadas durante os 21 anos de ditadura civil-militar. Dentre as resoluções que fazem parte do eixo 7 estão:

1. Reconhecimento do direito à memória e à verdade como direito humano e dever do Estado, passível de ser demandado de forma difusa; da tortura como crime imprescritível contra a humanidade; e de que a lei de anistia não perdoe crimes comuns praticados pelos agentes da ditadura.
2. Direito à verdade e à memória compreende também a erradicação da tortura enquanto instituição consolidada, o fim da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e de chacinas e massacres recorrentes, a reversão da destruição continuada do espaço público, o equacionamento da questão dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar, a responsabilização e punição dos torturadores e assassinos de presos políticos bem como a punição daqueles que perpetraram os mesmos crimes nos dias de hoje; o reconhecimento do genocídio dos povos afrodescendentes e indígenas, o reconhecimento da resistência de trabalhadores da cidade e do campo, quilombolas, mulheres, jovens, crianças, adolescentes, vítimas de escarpelamento, LGBT, ciganos, pessoas com deficiência, população de rua, usuários de álcool e outras drogas, profissionais do sexo, catadores de materiais recicláveis, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas com hanseníase, pessoas idosas, pessoas com transtorno mental, vítimas de exploração sexual, e outros segmentos historicamente vulneráveis.
3. Fortalecimento do princípio republicano da transparência e do interesse superior da cidadania no que se refere às informações sobre a repressão política, promovendo a publicidade e o acesso público, amplo e irrestrito aos arquivos públicos e a sistematização dos depoimentos orais sobre o período da ditadura militar, da escravidão e do genocídio indígena.
4. Revogação de toda a legislação inconstitucional remanescente do período da ditadura militar (a exemplo da Lei de Segurança Nacional) com base no interesse superior da cidadania e a formulação de legislações que promovam o direito à memória, à verdade e à reparação histórica, principalmente dos anistiados políticos, com a criação de museus e memoriais nos locais onde houve massacres.
5. Apoio à organização e à mobilização da sociedade civil para a afirmação e promoção do direito à memória e à verdade e do direito à resistência e organização popular pela produção e disseminação de informações e conhecimentos diversos e por diferentes meios como política permanente e de Estado.⁶³

A partir dessas deliberações surgiu a proposta da criação de uma Comissão Nacional da Verdade, como pode ser observado no seguinte trecho:

Constituir a Comissão Nacional de Verdade e Justiça, composta de forma plural, com maioria de representação dos movimentos sociais e com a participação de familiares de mortos e desaparecidos políticos, com caráter público, transparente e prazo determinado para início e término dos trabalhos, com plenos poderes para a apuração dos crimes de lesa humanidade e violação de direitos humanos cometidos durante a articulação para o golpe e a ditadura militar, devendo nominar e encaminhar aos órgãos competentes para punição dos acusados por esses crimes e

⁶² Resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Democracia, Desenvolvimento e Direitos humanos: superando as desigualdades. Brasília, Dezembro de 2008.p.1.

⁶³ Ibidem. p.11.

registrar e divulgar todos os seus procedimentos oficiais, a fim de garantir o esclarecimento circunstanciado de torturas, mortes e desaparecimentos, tendo para tal ao menos as seguintes prerrogativas: a) convocar quaisquer pessoas como testemunhas ou acusados, sob pena de crime de desobediência; b) requisitar cópias de qualquer documento que possa ser útil para seu trabalho seja de órgão público ou privado ou que esteja em poder de qualquer pessoa; c) acesso irrestrito a qualquer órgão público para identificar testemunhas e acusados e buscar informações e documentos.⁶⁴

Apoiado nessa proposta, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva lançou em dezembro de 2009 o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3) com vistas a efetivar o direito a memória e a justiça e a criação da CNV. O Programa originou várias tensões, principalmente nos setores militares.

O que há de comum a todas estas reações é que vêm orientadas por inspiração conservadora e reativa. Não são estranhas. Estas inspirações historicamente tem sido refratárias aos avanços exigidos pelos direitos humanos. Estão longe de qualquer tipo de unanimidade.⁶⁵

Somente quase dois anos após o lançamento do PNDH3, é que foi originada a lei 12.528/2011 que estabeleceu a criação a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 16 de maio de 2012 pela presidente Dilma Rousseff. Visando investigar demandas importantes do período de ditadura civil-militar no Brasil, a CNV contou com uma equipe de sete integrantes, 14 assessores e de vários pesquisadores.⁶⁶ A finalidade da Comissão foi assegurar “o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período de 1946-1988, contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores

⁶⁴ Ibidem. p.154.

⁶⁵ CARTA MAIOR. Política: PNDH 3: Por que mudar? Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PNDH-3-Por-que-mudar-/4/15252> Acesso em: 02/05/2018.

⁶⁶ Compuseram-na durante todo o seu período de funcionamento – de 16 de maio de 2012 a 16 de dezembro de 2014 – os conselheiros José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Foram designados para a composição inicial, mas se desligaram antes da conclusão dos trabalhos, os conselheiros Claudio Lemos Fonteles (renunciou em 2 de setembro de 2013) e Gilson Langaro Dipp (pediu afastamento, por razão de saúde, em 9 de abril de 2013). O conselheiro Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari foi nomeado em 3 de setembro de 2013, tendo permanecido até o final. Os trabalhos da CNV foram desenvolvidos, sob a coordenação desses conselheiros, por um diligente conjunto de assessores, consultores e pesquisadores. Essa equipe foi constituída por servidores públicos nomeados para a CNV ou cedidos de outros órgãos da administração pública e por pesquisadores contratados por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao qual a CNV expressa o reconhecimento pelo apoio dispensado. Também fundamental para os trabalhos da CNV foi a colaboração das comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais instaladas por todo o país, com as quais a CNV celebrou acordos de cooperação técnica. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/equipe.html>>. Acesso em 02/05/2018.

democráticos”.⁶⁷ É importante destacar que a CNV não teve o objetivo de exercer função punitiva, atuando apenas na investigação e divulgação de dados, e, objetivou também, além do alcance de uma verdade histórica, a reconciliação nacional, como é destacada nos artigos primeiro e terceiro:

Art. 1º

É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Art. 3º

São objetivos da Comissão Nacional da Verdade:

- I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;
- II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
- III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos [...];
- IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos [...];
- V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;
- VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e
- VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.⁶⁸

Nesse período, grande parte da documentação sobre os anos de governo militar estava guardada em sigilo nos arquivos, entretanto, a Comissão teve poder de exigir acesso a quaisquer documentos do poder público mesmo que estes apresentassem sigilo.⁶⁹ Conseqüentemente, o Arquivo Nacional recebeu muita documentação que já está disponível para o público.

Os trabalhos de investigação da Comissão Nacional da Verdade tiveram duração de dois anos e o relatório final foi entregue no ano de 2014, período em que se completavam 50 anos do golpe e 30 anos das Diretas Já, onde existia grande repercussão dos debates públicos

⁶⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. – Recurso Eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

⁶⁸ BRASIL. Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em 02/05/2018.

⁶⁹ Idem.

sobre a ditadura. Considerando que muitas memórias estavam imersas no esquecimento ou foram apagadas à medida que outras predominavam na história nacional, Maciel esclarece:

A criação da referida comissão ganha especial significado em face da constatação de que não é possível esquecer o passado recente brasileiro ou sedimentá-lo, exclusivamente, sobre os testemunhos de algumas pessoas, visto que a memória muitas vezes pode ser falha. Para que o Brasil possa seguir adiante em sua história, sem o peso do esquecimento forçado, é necessário voltar ao passado e esclarecer acontecimentos ainda nebulosos.⁷⁰

Portanto se outrora a palavra de ordem era esquecer para avançar rumo à democracia e redemocratização, nesta conjuntura, ganhou espaço a necessidade de relembrar os acontecimentos desse passado e trazer a luz o que havia sido silenciado para que houvesse uma reconciliação nacional.

A CNV promoveu várias audiências públicas onde foram ouvidos muitos depoimentos de indivíduos que sofreram algum tipo de violação, tornando públicas tais ações e também suas memórias desse passado traumático, esses eventos se tornaram espaços onde essas pessoas tiveram oportunidade de expor suas experiências por vezes silenciadas. Segundo Pollak, “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta.”⁷¹ No caso do Brasil, entendemos que a CNV atuou como escuta, ouvindo não somente militantes e civis mas também militares.

Com o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade, as batalhas de memórias sobre a Ditadura foram intensamente reavivadas entre diferentes grupos sociais, principalmente as disputas entre memórias de militantes da luta armada, financiadores do regime e militares que atuaram na repressão, uma vez que, dentre outros, foi a público muitos casos de tortura, desaparecimento e assassinatos durante o governo militar. Conforme Maciel:

Nesse ponto, é importante destacar que muitos dos que atualmente possuem uma imagem vinculada ao estado democrático de direito, no passado recente estiveram vinculados o apoio ao regime de exceção. Para alguns, não seria conveniente, então, trazer à luz essas memórias e esse passado encoberto.⁷²

Militares e demais setores favoráveis aos acontecimentos oriundos da ditadura estabelecida em 1964 questionaram, desde o início, os trabalhos de investigação e divulgação da CNV.

⁷⁰ MACIEL, Suellen Neto Pires. Op. cit., p. 118.

⁷¹ POLLAK, Michael. Op. cit., p. 6.

⁷² MACIEL, Suellen Neto Pires. Op. cit., p. 129.

Não é novidade que setores militares e seus apoiadores entre os donos do dinheiro e do poder sejam contra revelar à sociedade brasileira o que ocorreu nos porões da ditadura. Nunca concordaram em colaborar para que a memória pudesse ser construída como bem público e que para tal pudesse contar com informações e com posicionamentos alternativos. Em nome de manter a memória dos próceres do autoritarismo, sempre se esmeraram para preservar a memória dos que promoveram o arbítrio e as violações de direitos e, para esconder – e até apagar – a memória dos que lhes resistiram e que lançaram as sementes da democracia. Sempre fugiram da verdade, ou melhor, sempre quiseram que somente sua própria verdade prevalecesse; que nenhuma verdade alternativa à que se agarram pudesse ser construída pela sociedade.⁷³

Além das tensões geradas desde o lançamento do PNDH3 que apresentou como uma das principais medidas a criação da CNV, militares entraram com ações na justiça para barrar a divulgação do Relatório Final da CNV. De acordo com os clubes militares, os trabalhos da CNV investigaram e publicaram apenas crimes cometidos por agentes do Estado, silenciando aqueles cometidos pelos militantes de esquerda.⁷⁴ Não conseguindo barrar a divulgação do Relatório, grupos das Forças Armadas lançaram nota um dia depois do evento de lançamento do Relatório, criticando o Estado pelo modo que vinham tratando os envolvidos nas guerrilhas e seus familiares.⁷⁵ Em nota, pediam que a Comissão também investigasse possíveis crimes cometidos pela esquerda que faziam parte da luta armada na ditadura.

Em virtude do funcionamento da Comissão Nacional da Verdade, observou-se nesse cenário maiores debates acerca dos efeitos da ditadura civil-miliar no Brasil. E, vivendo o país em uma sociedade midiaticizada, a repercussão dos trabalhos feitos pela CNV e posteriormente do resultado apresentado no Relatório Final da Comissão no contexto de cinquenta anos do golpe não poderia ser diferente. Os meios de comunicação tornar-se-iam também lugares de memória e palco dessas batalhas de memórias, visto que, em meio a estas crescentes discussões, não se mantiveram neutros, ajudando tanto a construir e conformar uma memória, quanto para desconstrução de memórias. Nesse cenário emergiram-se vários programas televisivos abordando as diferentes memórias sobre a ditadura civil-militar, entre eles a série de reportagens da TV Record nosso objeto de pesquisa.

⁷³ CARTA MAIOR. Política: PNDH 3: Por que mudar? Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PNDH-3-Por-que-mudar-/4/15252>>. Acesso em: 02/05/2018.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141208_militares_relatorio_lk.shtml>. Acesso em: 03/05/2018.

⁷⁵ Íntegra da nota disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2012/05/clubes-das-forcas-armadas-divulgam-nota-sobre-comissao-da-verdade/>>. Acesso em 03/05/2018.

2.3. A Televisão como um meio de construção de memórias

A sociedade brasileira vive mergulhada em uma infinidade de meios de comunicação e a televisão é um dos mais importantes. A maioria das famílias tem acesso a este veículo informativo. A televisão brasileira foi instalada na década de 1950, mas foi a partir da década de 1960 que o mercado televisivo apresentou crescimento, isso devido a maior profissionalização da TV como meio de comunicação de massa.⁷⁶ Nas décadas seguintes, ganhou grande espaço na vida dos brasileiros, aumentando cada vez mais o acesso às suas programações.

O crescimento da indústria televisiva na década de 1960 esteve diretamente ligado ao regime militar, uma vez que, por conta do grande interesse por parte dos militares em construir memória positiva do regime, enxergaram na televisão um meio de transmitir propagandas ideológicas. Deste modo incentivaram esse crescimento. Anteriormente já havia incentivos e investimentos do governo nos meios de comunicação, mas como pondera Esther Hamburger, foi a partir de 1964 “que a ingerência do Estado na indústria de televisão aumenta e muda de qualidade. As telecomunicações foram consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional do regime”.⁷⁷ Os sinais de transmissões ultrapassaram os limites prévios com a criação do sistema de micro-ondas em 1968 e posteriormente com a abertura de novas estações de comunicação via satélite que permitiu que o sinal de televisão chegasse a várias capitais do país.⁷⁸

Mesmo com a ampla disseminação da internet, a televisão ainda continua sendo o grande veículo de informação da maioria da população, se fazendo presente em todas as camadas sociais. Como afirma Esther Hamburger:

A penetração intensa da televisão no Brasil está inscrita na paisagem urbana e rural, nas páginas de revista, na profusão de aparelhos nos interiores das casas, nas mansões de alto luxo, nos barracos das favelas das cidades grandes, nas casas modestas e nas praças públicas das cidades pequenas.⁷⁹

Isso devido os grandes avanços no alcance de sinal, principalmente da TV aberta pelos quatro cantos do país e ao que a autora chama de possibilidade do meio televisivo de

⁷⁶ Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/televisao/index.html>>. Acesso em: 01/06/2018.

⁷⁷ HAMBURGER, Esther. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 440-487. p. 455.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Ibidem, p.441.

captar e atualizar “representações de uma comunidade nacional imaginária.”⁸⁰ De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (PBM 2015) 95% dos brasileiros assistiam TV regularmente e 74% todos os dias.⁸¹

A cada dia são bombardeadas inúmeras informações por meio de gêneros televisivos, o acesso as mesmas não é diferente de acordo a classe social ou região do país, tornando a televisão o principal veículo de informações e possibilitando que acontecimentos locais e regionais se tornem de caráter nacional, uma vez que, o que antes era de conhecimento apenas de parcela de indivíduos, aqueles pertencentes ao mesmo grupo, com o longo alcance dos sinais de TV passa a ser conhecido por todos aqueles que tem acesso a esse mesmo veículo, ocasionando uma unificação da sociedade ao possibilitar que todos tenham acesso a referências nacionais da realidade cotidiana.

Destarte, é oportuno perceber esses gêneros como fonte de pesquisa, uma vez que, são portadores da memória histórica e também lugares de disputas de memórias, fato que possibilita a compreensão das uniformidades e contraposições da sociedade em relação a acontecimentos que marcaram uma época e/ou que ocasionaram profundas mudanças no sistema político de um país, a exemplo de ditaduras.

Numa sociedade com visível avanço tecnológico, a imagem televisiva possui grande importância sendo tanto fruto da cultura contemporânea, quanto construtor da mesma, uma vez que, como analisa Rosa Maria Bueno Fischer, “a televisão é parte integrante e fundamental de complexos processos de veiculação e de produção de significações, de sentidos, os quais por sua vez estão relacionados a modos de ser, a modos de pensar, a modos de conhecer o mundo”.⁸²

Por se tratar de um meio de comunicação que constrói versões e discursos sobre a vida cotidiana da sociedade telespectadora, é possível através da televisão se refletir e problematizar determinados períodos da história nacional. Em virtude das possibilidades sobre o uso do documento televisual como fonte, e tendo em vista que há uma carência de trabalhos feitos por profissionais de história que abordem as produções midiáticas, torna-se necessário que o historiador esteja a par da ampliação do entendimento de fonte histórica e dos possíveis métodos de análise documental.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/televisao-ainda-e-o-meio-de-comunicacao-predominante-entre-os-brasileiros>>. Acesso em 01/06/2018.

⁸² FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, 2002, p.154.

Os gêneros televisivos fornecem em seu conteúdo uma série de dados, informações e possibilidades para se trabalhar com a História do Tempo Presente. Além disso, muitas reportagens produzidas pelas redes de TV também acabam sendo reproduzidas por meio da internet ampliando o alcance de público para essas produções.

Existem inúmeros programas que apresentam fatos históricos em seu conteúdo, utilizando para tal fim a memória produzida pela sociedade. Um desses fatos é a ditadura civil-militar, abordada em gêneros como filmes, reportagens, séries, dentre outros. Segundo Sônia Meneses:

Nas últimas décadas do século XX e princípios do XXI, poucos eventos são tão recorrentes nos meios de comunicação quanto o Golpe de 1964, sendo bastante significativa a produção intelectual sobre o tema nas últimas décadas, não somente em termos bibliográficos, mas também, em filmes, documentários, revistas, romances, fazendo de 1964, um evento insistentemente apropriado pelas mais variadas mídias.⁸³

Por conseguinte, a análise do conteúdo de gêneros televisivos que abordam tal período, se faz importante para a compreensão de como essa memória histórica tem sido construída e veiculada através desse meio de comunicação.

As produções televisivas, assim como os trabalhos escritos, são influenciadas por várias teorias e concepções. As inúmeras interpretações acerca do processo histórico que marcou o Brasil no ano de 1964, foram feitas de acordo com a opção teórica e metodológica de muitos autores. Dessa forma, cada autor interpretou o mesmo fato histórico de acordo com seu olhar. Nesse sentido, M. C. Barbosa, afirma que “cada época histórica está encharcada de modos de ver: há regimes de visualidade próprios, da mesma forma que a imagem é percebida ao longo da história de maneiras específicas”.⁸⁴

Outro ponto importante que se destaca aqui se refere ao que Marcos Napolitano reitera: “todas as imagens e sons obtidos pelo registro técnico do real criam um ‘efeito de realidade’ imediato sobre o observador.”⁸⁵ Na maioria das vezes as mensagens transmitidas pelos programas de televisão são recebidas como conteúdos “verdadeiros” e inquestionáveis. Segundo Napolitano, os vários tipos de jornalismo e os filmes documentários se tornam os

⁸³ MENESES, Sônia. Entre a Ditadura e a “Ditabranda”: Mídia, memória e esquecimento - a atuação do jornal Folha de S. Paulo no golpe de 1964. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**. Fortaleza, 2009, p. 2.

⁸⁴ BARBOSA, M. C. 1968 e a multidão como massa: televisão e imagens políticas da memória e do esquecimento. **Galaxia**. São Paulo, Online, n. 29, 2015, p. 64.

⁸⁵ NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 236.

gêneros televisivos que mais fortalecem esse “efeito realidade”⁸⁶, isso acaba se tornando um problema, pois nenhuma programação televisiva é neutra, os canais televisivos são pertencentes a determinado grupo empresarial que possui valores, ideologia e que busca perpetuar suas concepções de mundo partindo de interesses diversos. A televisão é um meio de comunicação que não está descolado de grupos sociais e assim como nos documentos textuais escritos, as fontes audiovisuais são carregadas de intencionalidades e parcialidades.

Mesmo com o considerável aumento do espaço das fontes audiovisuais na pesquisa histórica, falando principalmente do caso brasileiro, essas produções ainda são poucas, levando em consideração o grande número de materiais produzidos ao longo dos anos desde o surgimento da televisão e do cinema no país. A maior parte desses trabalhos que utilizam materiais audiovisuais como fonte de pesquisa é voltada para a relação história/TV ou história/cinema, focando principalmente no cinema, e quando na televisão, em telenovelas. Fontes como os telejornais, são pouco exploradas. Segundo Napolitano, é devido a maior facilidade que os pesquisadores encontram na disponibilidade dos arquivos de cinema que dos demais gêneros, uma vez que, a televisão brasileira não possui políticas de preservação de sua memória, a maior parte dos arquivos não é liberada para o público, é restrita apenas aos produtores.⁸⁷ Além disso, outro motivo para os historiadores optarem pelo cinema é devido ao conteúdo dessas produções, pois como afirma o autor:

Apesar do parentesco audiovisual, do ponto de vista do registro da vida social, cinema e televisão divergiram na medida em que a televisão é pouco seletiva, buscando notícias nos diversos aspectos da existência. Já o cinema, particularmente o filme de ficção, não se mistura com aquilo que estamos vivendo cotidianamente.⁸⁸

No caso brasileiro, a preferência pelo uso de telenovelas como fonte de pesquisa pode ser justificada pelo fato da telenovela ser “o programa de maior popularidade e lucratividade da televisão”⁸⁹ ocupando a maior parte do horário nobre e, em algumas emissoras, ocupa também grande parte da audiência. As novelas são pensadas a partir da ideia de modernidade almejada pela classe média do país, somado a isso, reproduzem e sugerem um modelo ideal de organização familiar, comportamento social e modelos de homem e mulher, fazendo também uma seleção dos temas abordados, evidenciando determinados

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Ibidem. p. 252.

⁸⁹ HAMBURGER, Esther. Op. cit., p. 442.

assuntos e por vezes silenciando outros. Além disso, como aponta Hamburger, a novela “define certa pauta que regula as interseções entre a vida pública e a vida privada”.⁹⁰

Mesmo não sendo o programa de maior audiência da televisão, o telejornalismo brasileiro é um dos gêneros mais respeitáveis, oferecendo muitas possibilidades para pesquisa histórica, se tornando importante campo de estudos devido à grande responsabilidade social e política que possui além da sua atuação como construtor de memórias. Em uma sociedade marcada pela necessidade cada vez maior de informações, o telejornal desempenha um papel significativo levando todos os dias diferentes informações do Brasil e do mundo as casas dos brasileiros.

Agora que discutimos as batalhas de memórias sobre a ditadura civil-militar no Brasil e a importância da televisão brasileira na construção e desconstrução de memória e como os gêneros televisivos se tornaram palcos para essas guerras de memórias, podemos analisar melhor a construção da série de reportagens da TV Record sobre as crianças e a tortura. As discussões feitas até aqui, abriram caminho para as investigações objetivadas nesse trabalho, logo serão discutidas as representações construídas pela série e também a recepção da mesma pelo público.

⁹⁰ Ibidem, p. 443.

3 As crianças e a tortura através do Jornal da Record

3.1. A construção da série e seu enfoque histórico

A televisão brasileira adquiriu grande importância ao longo das seis décadas de sua existência no país, com sua programação que vai desde filmes, telenovelas, programas de auditório, de entrevistas, de culinária, infantis, *reality shows*, telejornais, dentre outros. Entre os mais consagrados programas de televisão está o telejornal, segundo Fabiana Piccinin, este atua como “porta-voz dos acontecimentos no país e no mundo”⁹¹, é também “uma atividade que traz prestígio e importância política para as emissoras.”⁹² Os telejornais estão presentes nas maiores redes de televisão brasileiras, começando de manhã bem cedo e passando pelo horário considerado nobre. Dentre as principais emissoras brasileiras com o telejornalismo em destaque estão a Rede Globo; TV Bandeirante; o SBT e a Rede Record, produtora da série de reportagens fonte dessa pesquisa.

A Rede Record de Televisão é uma das mais antigas emissoras em atividade do país, estreou em 27 de setembro de 1953 às 20h53min, no canal 7 como TV Record, pertencendo a Paulo Machado de Carvalho. Nessa época, a programação de destaque era basicamente de apresentações musicais, chegando a ser líder de audiência nos anos 1960 com seus shows e festivais musicais e a famosa Jovem Guarda. Na década de 1970 a emissora passou por crises financeiras e foi vendida ao empresário Silvio Santos, onde estreou o “Jornal da Record”, programa que existe até os dias atuais. Mas foi somente em 1980 que o jornalismo passou a ser o principal carro-chefe na programação do canal. No final da década de 1980 a TV Record foi comprada pelo empresário e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo (a quem pertence até hoje) passando a ser conhecida como Rede Record de Televisão, período em que marcou a expansão da emissora, que antes era apenas local com alcance de sinal somente em São Paulo, por todo território nacional. Atualmente a empresa conta com

⁹¹ PICCININ, Fabiana. Notícias na TV Global: diferenças (ou não) entre o telejornalismo americano e o europeu. Santa Cruz do Sul: **BBCO**, 2004. p.4. Disponível em: <http://www.bocco.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=807>. Acesso em: 20/07/2018.

⁹² TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A importância histórica da televisão e do telejornalismo na padronização cultural no interior do Brasil. Dourados – MS: **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, 2012. p. 8-23. p.10. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/1.pdf>>. Acesso em: 20/07/2018.

afiliados em todo o país, atuando também como rede internacional, transmitindo para mais de 149 países.⁹³

Tendo o jornalismo como carro-chefe da emissora, a Rede Record de Televisão exibe vários telejornais dentre eles, Balanço Geral, Câmera Record, Cidade Alerta, Domingo Espetacular, Esporte Fantástico, Fala Brasil, Repórter Record Investigação, sendo o Jornal da Record o principal jornalístico da emissora. “Confiável, ágil, moderno, grandes reportagens e séries especiais. Uma equipe competente, dedicada e afinada em fazer um telejornal sem máscaras e imparcial”⁹⁴, é assim que a Rede Record descreve o telejornal exibido de segunda a sexta em horário nobre, às 20h40min e aos sábados às 19h45min, com os apresentadores Celso Freitas e Adriana Araújo na bancada principal. Celso Freitas é jornalista formado pela Cásper Líbero, de São Paulo. Iniciou sua carreira no rádio, atualmente possui mais de 35 anos de experiência na área do jornalismo e está na Record desde 2004; Adriana Araújo é jornalista formada pela faculdade de Jornalismo da PUC de Belo Horizonte, tornou-se repórter de TV em 1995. Em 2006 entrou para a Record convidada para apresentar o JR ao lado de Celso Freitas.⁹⁵ O JR conta também com vários repórteres, cinegrafistas, editores e uma equipe técnica.⁹⁶

Toda semana é apresentada no Jornal da Record uma série de reportagens especiais com temas variados, foi nessa programação que foi exibida a série *As crianças e a tortura*, com a direção do repórter Luiz Carlos Azenha, profissional formado em jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes-ECA, na Universidade de São Paulo.

⁹³ Disponível em: <<https://www.otvfoco.com.br/conheca-mais-a-historia-da-record-que-completa-hoje-60-anos/>> e <<https://seuhistory.com/hoje-na-historia/fundacao-da-tv-record-no-brasil>>. Acesso em 20/07/2018.

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.r7.com/>>. Acesso em: 20/07/2018.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Ficha técnica do jornal: Editores-executivos: Hélio Matosinho, Patrícia Rodrigues; Editores: Ângela Canguçu, Camila Moraes, Cybele Kogan, Clóris Akonteh, Eduardo Prestes, Everton Holts, Felipe Batista, Ivandra Previdi, Giuliana Marabello, Luciana Bergamo, Márcia Cunha, Octavio Tostes, Paulo Guimarães, Roberta Rodrigues, Rosana Mamani, Vinicius Souto, Kiko Ribeiro; Produção de Séries Especiais: Janaina Demarque, Norma Pocker, Marcelo Souza, Rosana Teixeira; Produção: Bruno Laforé, Diego Mendes, Rafael Costa, Mylene Leite; Coordenador de Rede: Edvaldo Nunes, Claudia Marques, Eliana Freire; Coordenação: Romulo Santos, Roberto Silva; Coordenação Internacional: Sandro Moreira; Chefia de Reportagem: Gilberto Gava; Chefe da pauta: Helena Vieira; Coordenação de Pauta: Maria Paula Bexiga; Assistente de Produção: Ladislau Cardoso; Direção de Operações e Engenharia: José Marcelo do Amaral; Correspondentes Internacionais: Cintia Godoy, Tóquio (Japão), André Tal, Londres (Inglaterra), Heloisa Villela, Nova York (EUA), Evelyn Bastos, Nova York (EUA), Herbert Moraes, Jerusalém (Israel); Diretor de Jornalismo: André Ramos (RJ), João Beltrão (DF), André Carvalho (BH); Chefia de Redação: Luciana Barcellos; Diretor Gestão de Jornalismo: Leandro Cipoloni; Diretor de Conteúdo de Jornalismo: Thiago Contreira; Vice-Presidente de Jornalismo: Douglas Tavoraro. Disponível em: <<https://www.r7.com/>>. Acesso em: 20/07/2018.

Azenha iniciou seus trabalhos com o *Jornal da Cidade* e logo depois se mudou para a *TV Bauru*, afiliada da Rede Globo. Entrou definitivamente para o jornalismo televisivo em 1985, se tornando correspondente internacional da Rede Manchete nos Estados Unidos. Trabalhou como locutor de esportes e nos anos de 2001 e 2004 foi correspondente da Rede Globo em Nova York. Há dez anos trabalha na Rede Record onde participou de reportagens especiais.⁹⁷ Azenha também trabalhou com reportagens políticas e investigativas e é um dos criadores do blog *VioMundo*⁹⁸ onde frequentemente escreve sobre fatos do momento com temas relacionados a política, entrevistas, denúncias, TV, dentre outros.

O site existe desde 2003 e conta com muitos colaboradores informais desde leitores, comentaristas a jornalistas. Ao perceber a permanência do discurso conservador no universo que eles chamam de blogosfera, os autores do blog o progrediram para um site de esquerda, abordando assuntos de uma maneira diferente das mídias tradicionais refletindo a diversidade da sociedade brasileira, problematizando também assuntos que não são vistos nos demais veículos midiáticos,⁹⁹ se colocando assim, como contraponto a mídia tradicional. Podem ser encontradas no blog várias críticas a rede Globo de televisão, muitas das quais são referentes ao apoio da empresa ao golpe de 1964.¹⁰⁰ Além disso, o jornalista Azenha também fez críticas políticas, em algumas postagens do site, ao diretor da Central Globo de jornalismo Ali Kamel, relacionadas a situações ocorridas durante a cobertura feita pela TV Globo da campanha presidencial de 2006, quando Azenha ainda trabalhava na emissora. A situação acabou resultando em um processo movido por Ali Kamel contra Azenha que em março de 2013 foi sentenciado a pagar R\$30.000,00 ao autor.¹⁰¹

Azenha pediu antecipadamente a rescisão do contrato com a emissora, nas palavras do repórter, devido ao que havia “testemunhado ao longo de 2006, inclusive com a represália exercida contra colegas” e ao interesse em conhecer o mundo da blogosfera.¹⁰² Em 07 de Julho de 2013 o *Viomundo* publicou os episódios de *As Crianças e a Tortura*, permitindo que as pessoas que não acompanharam a série na exibição do JR assistissem através do site.

⁹⁷ Disponível em: < <http://www.museudatv.com.br/biografia/luiz-carlos-azinha/>>. Acesso em 20/07/2018.

⁹⁸ O blog pode ser acessado no endereço: <<https://www.viomundo.com.br/>>.

⁹⁹ Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/> >. Acesso em 03/08/2018.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/a-globo-quer-calar-o-azinha/>>. Acesso em 15/08/2018.

¹⁰² Idem.

A série de reportagens discutiu até que ponto a ditadura civil-militar (1964-1985) afetou bebês e crianças, especificamente os filhos de militantes presos pela polícia política e levados aos centros de tortura da ditadura.

A mais cruel das estratégias de tortura: o uso de crianças e até bebês de colo para arrancar informações de pais que já tinham sofrido todo tipo de violência nos porões da ditadura.

Isso aconteceu na ditadura militar, mas só agora a história começa a ser contada na voz das próprias vítimas.¹⁰³

É assim que Adriana Araújo e Celso Freitas iniciaram as reportagens da série exibida entre os dias 10 e 14 de Junho de 2013, um ano após a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que desencadeou discussões acerca do período em que o Brasil viveu uma ditadura, uma vez que, tornou públicas memórias outrora silenciadas. Com tamanha repercussão das disputas de memória desde a instauração da CNV em 2012, no primeiro semestre de 2013, programas com a mesma temática foram produzidos em outras emissoras.¹⁰⁴ Nesse mesmo ano, o telejornalismo da Record começou a registrar aumento na audiência. Em 2012 o JR registrou 6,6 pontos de média, aumentando cerca de 45% nos anos seguintes, chegando a marcar 9,6 pontos em 2016.¹⁰⁵ Nesse período, o JR ficou a frente dos principais telejornais de outras emissoras como o SBT Brasil (SBT) que marcara 7,3 pontos de média¹⁰⁶; o Jornal da Band (TV Bandeirantes) que registrara 5 pontos¹⁰⁷ e do jornal RedeTV News (RedeTV!) que manteve sua média de 0,6 pontos¹⁰⁸. O JR ficara atrás somente do Jornal Nacional (Globo) que marcou média de 27 pontos¹⁰⁹.

¹⁰³ AZENHA, Luiz Carlos. As crianças e a tortura. Jornal da Record. 10/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>>. Acesso em: 03/08/2018.

¹⁰⁴ É o caso da TV Brasil com *Ditadura- História em revisão* no programa caminhos da reportagem em 16/05/2013. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/ditadura-historia-em-revisao>>. Acesso em: 03/08/2018; da TV Cultura com *Sessões de Tortura e corpos de militantes de esquerda exibidos como troféus nos porões da ditadura* em 10/05/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=njHkQiOnoTk>>. Acesso em: 03/08/2018; e da TVE com a exibição de uma programação de entrevistas e filmes sobre a censura na época da ditadura de 12 a 18/05/2013. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/tve-exibe-programacao-especial-sobre-a-ditadura-militar-no-brasil>>. Acesso em: 03/08/2018.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www.r7.com/>>. Acesso em: 20/07/2018.

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://www.otvfoco.com.br/sbt-brasil-bate-recorde-em-2016-e-tem-maior-audiencia-desde-novembro/>>. Acesso em 03/11/2018.

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/audiencia-da-tv/2016/01/brasil-urgente-e-jornal-da-band-alcancam-o-segundo-lugar-no-ibope>>. Acesso em: 03/11/2018.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://oplanetatv.clickgratis.com.br/noticias/audiencia-da-tv/boris-casoy-nao-altera-audiencia-do-redetv-news.html>>. Acesso em: 03/11/2018.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/jornal-nacional-cresce-no-ibope-e-supera-audiencia-de-novela,c78d6fd98287f6d0381475ce70f1467a9dudtbt.html>>. Acesso em: 03/11/2018.

O repórter Luiz Carlos Azenha entrevistou militantes que foram presos pela polícia política e que sofreram algum tipo de tortura e/ou repressão pelo regime ditatorial. Foram entrevistados também filhos desses ex-presos políticos envolvidos direta ou indiretamente nas torturas sofridas pelos pais. Ao todo foram cinco reportagens com cerca de dez minutos cada.

Na primeira delas *Edson Teles: a voz era da minha mãe; o rosto não parecia*, o repórter entrevistou Amélia Teles e seus filhos Janaína Teles e Edson Teles presos em 28 de dezembro de 1972; Camila Sipahi que teve os pais levados presos pela polícia política e Carmem Nakasu que foi presa junto com os pais quando ainda era um bebê. Na segunda reportagem *Ivan Seixas: temos obrigação de mostrar essa foto*, Ivan Seixas contou como foi ser preso aos 16 anos junto com o pai que fora torturado e morto. Na terceira reportagem de título *Ernestinho: o mais jovem preso político do Brasil*, o repórter conversou com Ernesto Nascimento e seus pais Jovelina Tonello do Nascimento e Manoel Dias do Nascimento, ex-presos políticos. Ernesto e seus primos Zuleide, Samuel e Luís Carlos foram presos junto com a avó, na época Ernesto tinha apenas dois anos de idade. A quarta reportagem nomeada *Rose Nogueira: logo depois de dar a luz, o abuso do torturador* trouxe Rose Nogueira contando como foi ter que se separar do filho recém-nascido ao ser presa pela ditadura, as outras personagens da quarta reportagem Criméia de Almeida e Hércida Fonteles narraram episódios que vivenciaram na prisão estando grávidas e tendo que se separar dos filhos recém-nascidos. Na quinta e última reportagem *Igor Grabois: meu nome não é Jorge Freitas* o repórter conversou com Ernesto de Carvalho, Igor Grabois e Virgílio Gomes, que ficaram órfãos da ditadura.

Além das entrevistas com as vítimas, as reportagens apresentaram documentos como fotos, cenas do filme *O Batismo de Sangue*¹¹⁰ de Helvécio Ratton e alguns *flashes* de documentos escritos como fichas policiais, que ao que parece, são registros do período. Os depoimentos dos entrevistados foram alternados com as falas do repórter e os documentos citados.

Ressalta-se que alguns dos entrevistados já haviam dado depoimentos para outros veículos de imprensa e também para a CNV, é o caso da família Teles, Rose Nogueira, Elzira Vilela, Ilda Gomes e Crimeia Almeida. Mas em rede de televisão é o jornal da Record que se

¹¹⁰ O Filme brasileiro intitulado *O Batismo de Sangue* foi dirigido por Helvécio Ratton e lançado em 2006. De gênero drama, a obra recria a história de cinco frades dominicanos Tito, Betto, Ivo, Fernando e Oswaldo envolvidos na resistência a ditadura civil-militar nos anos 1960. O filme foi baseado em um dos livros escritos pelo Frei Betto onde conta os horrores que vivenciou em seus dias de prisão. O Filme retrata cenas de tortura a que os frades foram submetidos durante os dias que estiveram presos.

propõe a tratar o tema, sendo um dos pioneiros em analisar a ditadura a partir do olhar de crianças. Na fala do repórter, o Brasil conhece muito pouco sobre a história não oficial, aquela diferente da encontrada nos registros dos Arquivos Públicos, a proposta das reportagens então é contar um pouco dessa história, mas sobre o olhar de crianças, as vítimas inocentes da ditadura.¹¹¹

3.2 As representações construídas pela série

Ao analisar as representações da reportagem especial do Jornal da Record, *As crianças e a tortura*, é indispensável atentar para o intuito da emissora em produzir as reportagens, tendo em vista que o contexto em que a série foi produzida fora marcado por maior debate público sobre os efeitos da ditadura no Brasil, e conseqüentemente, pelas batalhas de memórias sobre esse período traumático em que viveu o país. Além disso, as investigações da Comissão Nacional da Verdade e de Comissões Estaduais se encontravam em andamento, existia a aproximação dos 50 anos do golpe e o Brasil tinha na Presidência da República Dilma Rousseff, ex-presença política que havia sancionado a lei para a criação da CNV, como já mencionamos. Eram então tempos oportunos para exibição de reportagens sobre os “anos de chumbo”. Como aponta Reis, Ridente e Sá Motta, nas últimas décadas notaram-se aumento dos trabalhos acadêmicos e o interesse de profissionais de diversas áreas sobre a temática da ditadura. A abertura de acervos documentais para a pesquisa tem colaborado com o aumento dessas investigações.¹¹²

Segundo Marcos Napolitano no trabalho com fontes audiovisuais se faz necessária a análise da realidade histórica ou social apresentada no(s) documento(s) utilizados.¹¹³ A realidade sobre a ditadura que é representada na série é aquela caracterizada por práticas de tortura e repressão, as reportagens retratam episódios vivenciados pelas personagens na década de 1970. Como dito pela própria emissora, a série “detalha uso de crianças em torturas na ditadura militar”.¹¹⁴ Segundo a Comissão Nacional da Verdade,

¹¹¹ AZENHA, Luiz Carlos. *As crianças e a tortura*. Jornal da Record. 10/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>>. Acesso em: 03/08/2018.

¹¹² REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Apresentação. In: _____. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 7.

¹¹³ NAPOLITANO, Marcos. Op. cit., p.237.

¹¹⁴ Disponível em: <<https://www.r7.com/>>. Acesso em 15/08/2018.

A tortura passou a ser sistematicamente empregada pelo Estado brasileiro desde o golpe de 1964, seja como método de coleta de informações ou obtenção de confissões (técnica de interrogatório), seja como forma de disseminar o medo (estratégia de intimidação). Deixou de se restringir aos métodos violentos já empregados pela polícia no Brasil contra presos comuns para, sofisticando-se, tornar-se a essência do sistema militar de repressão política, baseada nos argumentos da supremacia da segurança nacional e da existência de uma guerra contra o terrorismo. Foi usada com regularidade por diversos órgãos da estrutura repressiva, entre delegacias e estabelecimentos militares, bem como em estabelecimentos clandestinos em diferentes espaços do território nacional.¹¹⁵

Toda a série trouxe basicamente entrevistas e narração do repórter, não teve participação, por exemplo, de historiadores explicando o período a partir de outras fontes, nem mesmo é mencionado algum trabalho acadêmico de grandes pesquisadores do período. A produção das reportagens foi feita com embasamento apenas em memórias das vítimas, o discurso de Celso Freitas na introdução da primeira reportagem quando ele diz “isto aconteceu no regime militar, mas só agora a história começa a ser contada”¹¹⁶, passa a ideia de que para contar a história seja necessário apenas relembrar os acontecimentos e fazer a narração deles.

A memória construída pela série é referente àquelas memórias que começaram a vir a tona nas últimas décadas, memórias outrora silenciadas e que são diferentes da história oficial. Trazer a luz essas outras memórias é um exercício necessário para que a história brasileira siga em frente, e por essa perspectiva a série foi produzida. Na segunda reportagem, Ivan Seixas que foi preso no dia 16 de abril de 1971 (conduzido até o DOI-CODE e posteriormente levado para o DOPS em São Paulo) junto com o pai Joaquim Seixas morto depois de ser torturado, mostrou a foto do pai falecido enquanto afirmou “machuca ver essa foto, mas acho que é um dever meu, nosso, de mostrar essa foto.”¹¹⁷ Nesse sentido, os jornalistas e a TV, além de Seixas, tiveram o dever de tornar pública a foto da vítima morta pela tortura, uma vez que, de acordo com a reportagem o laudo médico diz que a causa da morte do preso político não fora a tortura.

Depoimentos como o de Carmem Nakasu, na primeira reportagem, foram marcados por medos e traumas causados pela tortura, Carmem foi separada dos pais com pouco menos

¹¹⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. – Recurso Eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. p. 343.

¹¹⁶ AZENHA, Luiz Carlos. As crianças e a tortura. Jornal da Record. 11/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>>. Acesso em: 18/08/2018.

¹¹⁷ AZENHA, Luiz Carlos. Temos obrigação de mostrar essa foto. As crianças e a tortura. Jornal da Record. 11/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a91267596f998cfd000673?layout=wide252p#>>. Acesso em: 18/08/2018.

de dois anos de idade, ela relatou detalhes sobre a tortura que os pais foram submetidos na prisão:

A grande tortura que eles sofreram foi saber que eu estava lá dentro e constantemente, assim, com ameaças de que eu ia ser deportada, sabe? Que eles iam me mandar pra Argentina, que tinha uma família na Argentina querendo adotar.¹¹⁸

Ela também falou sobre as marcas que ficaram registradas no seu subconsciente: “de ser muito tímida, de ter baixo estima, de ter sempre a sensação que ia perder meus pais.”¹¹⁹ As marcas que ficaram no subconsciente de Ernesto Nascimento (Ernestinho), personagem da terceira reportagem, também foram de medo, ele era uma criança de apenas dois anos de idade quando foi preso junto com os pais e a avó, sendo o mais novo preso político fichado de terrorista. Em depoimento Ernestinho revelou que as memórias da sua infância são as mais difíceis, emocionado compartilhou a lembrança de ver os pais entrando em casa enquanto ele corria para se esconder embaixo da cama porque sentia medo, ele também desabafa: “sempre que chegava gente em casa eu corria e me enfiava embaixo da cama”.¹²⁰

Os filhos de Amélia Teles foram levados com os pais para a delegacia num bairro residencial de São Paulo no início dos anos 1970, época em que a presidência da República era ocupada por Emílio Garrastazu Médici. Janaína e Edson tinham respectivamente 4 e 5 anos de idade, eles foram encaminhados para o centro de tortura DOI-CODI em São Paulo no dia 28 de dezembro de 1972 e levados para ver os pais torturados. A família Teles deu seus testemunhos para a primeira reportagem da série, Janaína contou que ela e o irmão foram colocados no camburão onde estava o armamento dos militares e inocentemente perguntou para o policial o que era aquilo, a resposta foi de que eles não deviam satisfação para comunistas. Edson narrou também o episódio em que foi conduzido até a cela onde a mãe tinha sido torturada:

Eu ouvia a voz da minha mãe me chamando – Edson, Edson! E quando eu olhei pra trás eu não reconheci a pessoa porque ela estava completamente machucada,

¹¹⁸ AZENHA, Luiz Carlos. Edson Teles: A voz era de minha mãe; o rosto, não parecia. As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 10/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a91282596f998cfd0007a2?layout=wide252p#>>. Acesso em: 18/08/2018.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ AZENHA, Luiz Carlos. Ernestinho: O mais jovem preso político do Brasil. As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 12/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a9120e596f998cfd0002a7?layout=wide252p#>>. Acesso em: 18/08/2018.

deformada. Então aquela cena ficou marcada. Como é que esse corpo que eu não conheço, não reconheço, tem a voz aconchegante e familiar da minha mãe?¹²¹

Depoimentos como o de Janaína e o de Edson indicam o quanto as crianças levadas aos Centros de tortura não conseguiam entender direito a situação vivida pelos pais. Não compreendiam o que estava acontecendo e nem onde elas estavam, participaram de maneira inconsciente dessa história.

Segundo dados do livro *Brasil Nunca Mais*, entre 1964 a 1977 foram registradas 6.016 denúncias de torturas das mais variadas formas.¹²² Qualquer pessoa que se opusesse a ditadura ou fosse considerada subversiva poderia ser presa, torturada e/ou morta. Mas eram principalmente os militantes os que carregavam as marcas de toda a repressão, estes eram considerados terroristas. De acordo Maria Paula Araújo, Izabel Pimentel da Silva e Desirree dos Reis Santos,

A morte, a prisão, a clandestinidade e/ou o exílio tornaram-se os destinos quase certos dos militantes políticos envolvidos em movimentos de resistência à ditadura. A vida na prisão foi marcada pelas mais diversas formas de tortura (incluindo a psicológica, usada para desestabilizar o preso político), sequestros, ameaças, interrogatórios infundáveis, dificuldade de comunicação com familiares e advogados, entre outras modalidades de desrespeito aos direitos humanos.¹²³

A tortura revelava o lado mais violento da ditadura, e se tornou uma ferida aberta na vida daqueles que foram torturados. Uma vez torturada, a vítima carrega para sempre as marcas de todo o terror e sofrimento, os sinais os acompanham por toda a vida. Casos como o de Rose Nogueira e do filho de Criméia de Almeida são exemplos do quanto as sequelas da tortura podem ser duradouras. Rose Nogueira foi separada do filho recém-nascido e levada a um dos centros de tortura da ditadura, em depoimento para a quarta reportagem lamentou o peso de uma das piores marcas que carrega: “nunca mais tive filhos, eu fiquei estéril. Durante esse tempo que eu fiquei imunda lá, segundo meu médico, eu tive uma infecção puerperal que me esterilizou.”¹²⁴ Criméia também foi presa quando ainda estava grávida, segundo ela o barulho das celas sendo abertas agitava o bebê que desde então passou a sentir os reflexos da

¹²¹ AZENHA, Luiz Carlos. Edson Teles: A voz era de minha mãe; o rosto, não parecia. As crianças e a Tortura. *Jornal da Record*. 10/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a91282596f998cfd0007a2?layout=wide252p#>>. Acesso em: 18/08/2018.

¹²² Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 20/08/2018.

¹²³ ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. Op. cit., p. 23.

¹²⁴ AZENHA, Luiz Carlos. Rose Nogueira: Logo depois de dar à luz, o abuso do torturador. As crianças e a tortura. *Jornal da Record*. 13/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a911ef596f998cfd00014e?layout=wide252p#>>. Acesso em: 20/08/2018.

prisão da mãe, “quando isso acontecia meu filho tinha soluço dentro da minha barriga. Meu filho tem soluço até hoje, se ele fica tenso dá soluço”, relatou Criméia na quarta reportagem.¹²⁵ Hecídia Fonteles também estava grávida quando foi presa, torturada ao longo da gravidez, ela ouvia constantemente a frase que virou poema escrito pelo marido enquanto estava preso: “filho desta raça não deve nascer”. Segundo ela, os torturadores os chamavam de “raça comunista”¹²⁶.

Toda a abordagem que a série fez sobre a tortura foi acompanhada de animações que representaram as formas mais comuns de torturas utilizadas na ditadura, junto com as animações foi feita também uma narração explicando como era empregada a forma de tortura apresentada. As reportagens mostraram também imagens simbolizando crianças em estado de tristeza. Esses recursos utilizados pela série causam impacto em quem assiste, pois foram carregados de dramatização, a entonação das palavras narradas pelo repórter, os gestos, olhares e expressões refletiram toda negatividade que a narração buscava transmitir. A linguagem empregada foi pensada para que os telespectadores se sentissem envolvidos com cada reportagem, possibilitando que estes conseguissem assimilar os sentimentos das personagens envolvidas nos relatos.

Durante a ditadura civil-militar várias pessoas foram mortas e muitas ainda se encontram desaparecidas. O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade apresentou definição da noção de cada uma das duas situações, segundo a CNV se considera como morte:

Aqueles que foram executados ou mortos por agentes do Estado ou por terceiros que atuam com a conivência ou apoio estatal; aqueles que cometeram suicídio na iminência de prisão, na iminência de tortura ou aqueles que cometeram suicídio em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público; e aqueles que morreram sob custódia do Estado, em dependências policiais, militares ou afins.

Já no quesito do desaparecimento, a CNV considera da seguinte forma:

Ressalta-se que, quando as vítimas foram privadas de sua liberdade, mortas e depois enterradas como indigentes, em valas comuns ou clandestinas, sem a posterior identificação do corpo, ou, ainda, simplesmente quando há indícios que apontem a inconsistência na identificação dos restos mortais, aquelas deverão ser incluídas na categoria de desaparecidos, mesmo se houver documentos oficiais atestando sua morte (como certidão de óbito ou laudo de exame cadavérico).¹²⁷

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. – Recurso Eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. p.295.

O desaparecimento de familiares é uma das questões abordadas pela série. A quinta e última reportagem apresentou os depoimentos dos “órfãos da ditadura”, sujeitos que desde cedo tiveram que aprender a conviver com a ausência de alguém da família. Janaína de Almeida Teles explica que o terror do silêncio e do esquecimento causados pelo desaparecimento, não finda, mas perpetuam “a tortura que é viver a ausência dos corpos e de informações dos parentes e de pessoas queridas.”¹²⁸ Ainda criança, em 1971, Igor Grabois vivenciou essa tortura, em entrevista para a quinta reportagem ele contou que o pai literalmente sumiu da sua vida. No depoimento de Virgílio Gomes percebemos as marcas que o desaparecimento do pai deixou na vida dele e dos seus irmãos quando afirma: “vivemos a infância inteira esperando ele chegar um dia”. Ernesto Carvalho também desabafou: “a única mágoa que eu tenho é a ausência do meu pai”¹²⁹, o pai de Ernesto foi preso e torturado até a morte em abril de 1971. Esses filhos, ainda crianças, não tiveram nem a chance de se despedir dos pais, o sumiço deles chegou de repente, sem avisos prévios e sem explicações. Sobre a dificuldade da superação da ausência de alguém da família Teles aponta que é “ainda mais acentuada para os filhos de desaparecidos políticos, cujos depoimentos retratam a complexidade de realizar o luto.”¹³⁰

Outro ponto tratado pela série foi o exílio, prática bastante recorrente no período da ditadura civil-militar. Segundo Tatiana Moreira Campos Paiva o principal objetivo desse exílio foi “afastar e eliminar do cenário político as duas gerações de militantes envolvidos nesse processo: a de 1964 e a de 1968.”¹³¹ O exílio praticado durante o período afetou também crianças e adolescentes filhos de militantes políticos. Paiva destaca que a compreensão da experiência baseada no ponto de vista de crianças e adolescentes traz outra perspectiva a respeito do exílio brasileiro, pois segundo ela esses sujeitos “lidaram ainda muito jovens com os elementos que qualquer exílio apresenta: frequentes mudanças, adaptação ao país estrangeiro, processo de desenraizamento, a condição de apátrida, entre outros.”¹³²

Ademais, existe também a dificuldade do retorno ao país de origem, como aconteceu com Ernesto Nascimento, que foi preso e taxado de subversivo quando ainda era um bebê de apenas dois anos de idade. Ernesto e mais três primos, na época também crianças com menos

¹²⁸ TELES, Janaína de Almeida. Op. cit., p. 154.

¹²⁹ AZENHA, Luiz Carlos. Igor Grabois: Meu nome não é Jorge Freitas. As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 14/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a911b7596f9994e7017fbf?layout=wide252p#>>. Acesso em: 20/08/2018.

¹³⁰ TELES, Janaína de Almeida. Op. cit., p.160.

¹³¹ PAIVA, Tatiana Moreira Campos. Op. cit., p. 135.

¹³² Ibidem, p. 136.

de oito anos de idade, foram trocados por um embaixador alemão (sequestrado pela guerrilha de esquerda) e banidos do Brasil em junho de 1970, as crianças acabaram por se tornar o que Paiva chama de “herdeiros do exílio.”¹³³ A família delas passou a residir em Cuba desde então. Na terceira reportagem da série Ernesto contou como foi difícil mesmo depois de muito tempo retornar ao seu país:

Perdi todos os meus direitos civis, perdi o direito de estudar a minha língua, perdi o direito de frequentar a escola. Além de não poder estudar aqui nem me dão o direito de reconhecer o meu diploma aqui. O conhecimento que aprendi em Cuba não vale.¹³⁴

Essas memórias tratadas nas reportagens, embora tenham sido parcialmente perdidas nos dramas pessoais, ficaram profundamente marcadas na existência dos que vivenciaram o período. Mesmo com toda a tortura a qual foram submetidas quando eram ainda crianças, essas personagens expressaram na série o orgulho que sentem da luta e da resistência dos pais, além de se sentirem orgulhosos por também terem participado direta ou indiretamente dessa luta. Ao final da quarta reportagem Paulo Fonteles Filho, que acabou nascendo no hospital do Exército de Brasília por conta da prisão da mãe no período da gestação, explicou em depoimento a série: “existe uma memória que eu não sei de onde vem, mas que tá dentro de mim, e em que pese o sofrimento, e em que pese a memória da carne, mas nós temos um orgulho imenso dessa resistência”¹³⁵. Ernesto Nascimento também se revelou orgulhoso: “esta conjuntura que a gente vive hoje no país é graças a esses jovens corajosos. E aí eu tenho que me incluir”¹³⁶.

Uma das questões importantes a serem pontuadas sobre as reportagens da série é o fato dos apresentadores do JR e também do repórter utilizarem os termos “ditadura militar” e “regime militar”, silenciando o apoio e a participação de civis na ditadura. Daniel Aarão Reis já havia discutido em alguns de seus trabalhos sobre o envolvimento e apoio de setores da sociedade civil ao golpe, e posteriormente na implantação da ditadura. Segundo ele “ao longo

¹³³ Idem.

¹³⁴ AZENHA, Luiz Carlos. Ernestinho: O mais jovem preso político do Brasil. As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 12/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a9120e596f998cfd0002a7?layout=wide252p#>>. Acesso em: 20/08/2018.

¹³⁵ AZENHA, Luiz Carlos. Igor Grabois: Meu nome não é Jorge Freitas. As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 14/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a911b7596f9994e7017fbf?layout=wide252p#>>. Acesso em: 20/08/2018.

¹³⁶ AZENHA, Luiz Carlos. Ernestinho: O mais jovem preso político do Brasil. As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 12/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a9120e596f998cfd0002a7?layout=wide252p#>>. Acesso em: 20/08/2018.

da última década, pesquisas diversas têm confirmado a participação civil e a ‘responsabilidade ampliada’ na construção da ditadura”¹³⁷.

Como já foi dito anteriormente, não foi a primeira vez que as personagens que aparecem nas cinco reportagens da série deram seus depoimentos para os meios de comunicação. A série tratou apenas desses casos emblemáticos de militantes que sofreram com a repressão, deixando de lado as pessoas “comuns”, que não faziam parte da militância, mas que também sofreram com a ditadura. Sobre a ocorrência de torturas, mortes e desaparecimentos de sujeitos que não possuíam vínculo com a militância, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio discutem o que eles chamam de “repressão generalizada”, onde pessoas não militantes foram atingidas pela repressão e pela tortura no período desde antes de abril de 1964 a 1968. Os autores colocam que além dos casos de militantes envolvidos nas organizações de esquerda que acabaram mortos ou se tornaram desaparecidos políticos, “houve dezenas de outros em que esse vínculo não existia ou não foi esclarecido”¹³⁸. A série poderia ter discorrido também sobre alguns desses outros casos, ao invés de focar somente nos depoimentos de militantes políticos cujas histórias já tinham sido contadas diversas vezes em vários outros veículos midiáticos.

3.3 A Série e a recepção ao público

Mesmo apresentando sugestões de sentidos, as mensagens veiculadas pelos programas televisivos não são imutáveis, toda mensagem pode ser interpretada de diferentes maneiras, cada indivíduo faz a reelaboração do que é recebido a partir das próprias vivências e visão de mundo. Segundo Luanda Schramm:

O ato de assistir televisão pressupõe o confronto entre os discursos oferecidos pela mídia e a multiplicidade de discursos e representações provenientes de outras esferas da vida cotidiana. Nesse sentido, a interpretação das mensagens midiáticas sempre envolve outras mensagens, outros discursos.¹³⁹

¹³⁷ REIS, Daniel Aarão. Op. cit., p. 13.

¹³⁸ MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO Carlos. Sem Partido. In: _____. **Dos filhos deste solo**. 2ª. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p.625-682. p. 625.

¹³⁹ SCHRAMM, Luanda. Comunidades interpretativas e estudos de recepção: Das utilidades e inconveniências de um conceito. In: JACKS, Nilda; SOUZA, Maria Carmem Jacob de. (orgs.). **Mídia e Recepção**. Salvador: EDUFBA, 2006, p.12-31. p.14. Recurso digital disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16998/1/MidiaeRecepcao.pdf>>. Acesso em: 10/10/2018.

Para Bruno Fuser e Thiago Antônio Sousa, esse processo de recepção não dá ao espectador caráter passivo na aceitação dos discursos, de acordo com os autores o que acontece é o seguinte:

O telespectador pode resistir ou negociar às mensagens que recebe pela televisão, uma vez que o processo de decodificação da mensagem está relacionado aos referenciais de conhecimento de cada indivíduo, tornando-se, portanto, um processo único e individual. Ademais, a decodificação conta com as relações de produção e com a infraestrutura técnica do discurso como significativo.¹⁴⁰

A análise da recepção de determinado programa televisivo deve ser feita levando em consideração essas questões. Uma vez que, a leitura e repercussão das mensagens midiáticas também são feitas a partir das instituições que cada um está inserido, das convivências familiares, do local de trabalho, da vida social que o sujeito leva, dentre outros aspectos. Graciela L. Natansohn também discute sobre isso, segundo ela os acordos de leituras podem ser vistos em características distintas a partir da rejeição ou aceitação pelos receptores, pois as estruturas desses contratos de leitura se dão mediante a bagagem cultural que estes carregam. A autora também analisa a palavra recepção como imensamente polissêmica:

Inclui processos conscientes e lógicos de atenção, leitura, inferência, interpretação, compreensão/não compreensão, exposição; processos inconscientes da ordem da adesão ou do desejo, e processos valorativos como a aceitação/rejeição, a acordo/discordância, o gosto/desgosto, dentre muitos outros.¹⁴¹

Baseada nessas noções de recepção reportadas por esses autores é possível compreender a recepção da série *As Crianças e a Tortura*. A série comandada por Azenha foi vencedora na categoria de telejornalismo na premiação da 58ª edição do *Prêmio Esso de Jornalismo* patrocinado pela empresa *ExxonMobil* e importante premiação do país, o resultado foi dado em 13 de novembro de 2013. Conforme a comissão avaliadora o trabalho “revela o horror experimentado por crianças afastadas dos pais, presas junto com eles, usadas como ameaça nas sessões de tortura e muitas vezes obrigadas a assistir às agressões no período da

¹⁴⁰ FIGUEIREDO, Thiago Antônio Sousa; FUSER, Bruno. Comunicação e recepção televisiva: análise do fluxo televisivo em comunidades ribeirinhas das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. **AM**. Recurso digital disponível em: <<http://www.ufjf.br/conecta/files/2008/08/Comunica%C3%A7%C3%A3o-e-recep%C3%A7%C3%A3o-televisiva.pdf>>. Acesso em: 10/10/2018.

¹⁴¹ NATANSOHN, L. Graciela. O contrato de leitura uma metodologia para analisar a produção e recepção de TV. In: JACKS, Nilda; SOUZA, Maria Carmem Jacob de. (orgs.). **Mídia e Recepção**. Salvador: EDUFBA, 2006, p.100-121. p.104. Recurso digital disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16998/1/MidiaeRecepcao.pdf>>. Acesso em: 10/10/2018.

ditadura militar no Brasil.”¹⁴² Azenha e toda equipe que participou das reportagens receberam premiação.

Depois que foram ao ar através do Jornal da Record, as cinco reportagens da série foram postadas também nas redes sociais. A repercussão da série nesses veículos foi imensa, principalmente em alguns canais na plataforma do YouTube, na página do repórter Luiz Carlos Azenha no Facebook e em seu site (Viomundo) onde foram disponibilizadas as reportagens. A reprodução das reportagens nas redes sociais permite o acesso a elas a qualquer momento, por conseguinte podem ser encontradas discussões de datas diferentes, na mesma postagem. As postagens possuem milhares de comentários, visualizações e compartilhamentos além de uma série de discussões sobre o período. No entanto, optamos por analisar os comentários mais relevantes e com maior aproximação da data em que as reportagens foram postadas, uma vez que, dizem respeito à conjuntura da época analisada no capítulo anterior do presente trabalho. Foram catalogados ao todo 288 comentários, dentre os mais relevantes, entre os meses de agosto e outubro de 2018. Dos quais 128 apresentam mensagens negativas, 121 possuem mensagem positiva e 39 deles, além da mensagem positiva, também parabenizam a produção da série jornalística.

Os comentários nas publicações do Facebook e na plataforma YouTube apresentam discussões e opiniões distintas. Uma vez que, os números de acessos a estas redes sociais no Brasil são enormes. Segundo pesquisa feita pela própria empresa, em maio de 2018 o Facebook possui 127 milhões de usuários no país.¹⁴³ De acordo os dados divulgados em relatório do YouTube Insights, aproximadamente 95% da população online brasileira acessa o site pelo menos uma vez por mês.¹⁴⁴ Nas postagens nesses espaços se encontram comentários parabenizando a produção da série, de sujeitos contrários ao regime militar, daqueles que consideram os militares heróis que salvaram o país do Comunismo, dos que negam a existência da ditadura civil-militar, comentários de simpatizantes e indivíduos que pedem a volta da mesma.

Os comentários que classificamos como positivos são em sua maioria de elogios a produção das reportagens. Além de parabenizarem a série, descreveram-na como importante para que se entenda o período de ditadura civil-militar. Considerando que na conjuntura do

¹⁴² Disponível em: <<http://www.abi.org.br/anunciados-os-vencedores-do-premio-esso-de-jornalismo/>>. Acesso em 11/10/2018.

¹⁴³ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/facebook-chega-127-milhoes-de-usuarios-no-brasil>>. Acesso em: 13/10/2018.

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://tecnologia.ig.com.br/2017-07-28/youtube-usuarios.html>>. Acesso em: 13/10/2018.

período estava em andamento as investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) baseadas na luta pela memória, verdade e justiça, vemos em grande parte dos comentários o anseio pela releitura dos discursos acerca do período, pesando a luta pela verdade e justiça, a partir do que pode ser percebido em comentários como estes:

- Agradecemos à TV Record por mostrar a Verdade crua sobre esse Regime Militar assassino e sanguinário para que nunca mais se abata sobre nós essa desgraça.
- Essa série de reportagem é fundamental para manter acesa a chama da luta pela verdade e justiça.
- Estas reportagens são de extrema importância para o resgate da verdade. Conheço vários que foram torturados, que já é do conhecimento público.¹⁴⁵

Nota-se a partir desses comentários que os comentaristas veem a produção desse tipo de reportagem que retrata os anos de ditadura civil-militar através do processo de rememoração das vítimas, como um trabalho importante para a construção e veiculação das memórias acerca do período. Nesses comentários, percebemos o quanto o processo de redemocratização e fim da ditadura deixou uma ferida aberta na sociedade, os comentaristas acima ressaltam a necessidade de manter viva a memória sobre os acontecimentos do período e a luta por verdade e justiça. Vale lembrar que as falas iniciais dos apresentadores da série e posteriormente o repórter Luiz Carlos Azenha afirmaram que as reportagens contariam a outra história, a que não faz parte da história oficial do país. O uso dos termos “resgate da verdade”, “verdade crua” nos comentários das postagens em redes sociais foram colocados sobre a perspectiva de que os discursos predominantes sobre os anos de ditadura não refletiam a verdadeira história sobre os acontecimentos.

Como discutido nos capítulos anteriores, o processo de abertura política da ditadura e a Lei da Anistia em 1979 estabeleceu uma transição conciliadora para o fim do regime, uma vez que, mesmo favorecendo presos políticos concedendo anistia e permitindo o retorno dos exilados ao país, também garantiu impunidade as violações dos Direitos Humanos cometidos pelo Estado Nacional. A série de reportagens reavivou os ânimos dos que defendiam a necessidade da revisão da Lei da Anistia, encontramos comentários do tipo:

¹⁴⁵ Comentários disponíveis nos endereços: <<https://www.youtube.com/watch?v=1IbAFURJK6o>>
<<https://www.youtube.com/watch?v=kRQdjfMdfst&t=12s>>
<<https://www.youtube.com/watch?v=vRDNYPraCqM>>
<<https://www.youtube.com/watch?v=IV0hOeGY008&index=6&list=PLxQHdzWmsjy8Q3IXp7YcPJMMygrFW4jKZE>> <www.facebook.com/pg/lcazenha/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 13/10/2018.

- Excelente matéria. Parabéns ao Azenha, à Record, e às equipes que colaboraram na feitura de reportagem tão importante. Que sirva ela para destacar a necessidade de que seja revista a Lei de Anistia que, dando cobertura a reles criminosos civis ou fardados, cobre de vergonha não só a maioria dos congressistas, mas outros que exercem altos cargos públicos, esquecidos dos seus compromissos com a Justiça que deveriam defender.

- Por essas e por outras que o Brasil precisa rever a Lei de Anistia que nos envergonha perante o mundo, pois apenas um lado foi punido. Não se trata de revanchismo, como muitos, saudosos daquele período nefasto, gostam de alardear, por medo ou por vergonha, mas por uma questão de Justiça.

- E os criminosos que cometeram tais atos continuam livres, protegidos por uma lei de (auto)anistia.¹⁴⁶

Percebe-se também que esses comentários serviram para expressar e ressaltar os posicionamentos dos comentaristas, segundo eles, é preciso que se faça revisão da Lei da Anistia para que possam ser alcançadas a verdade e justiça. Observa-se nos comentários que o fato de ressaltar a necessidade da luta por verdade e justiça parte da perspectiva de que imperou no país a falta de punição para aqueles que se valendo de práticas de torturas violaram os Direitos Humanos. A questão dos silenciamentos ou mesmo apagamentos sobre o período também foi questionado nos comentários, a exemplo:

- A tortura é algo que os governantes querem esconder, foi criada a comissão da verdade e achei que enfim essa vergonha seria deletada, mas foi um equívoco da minha parte, ninguém vai pagar pelos crimes, esse é nosso Brasil.¹⁴⁷

Mais uma vez, apareceu questionamento sobre a falta de punição aos indivíduos que cometeram crimes de tortura, este comentarista esperava que através da Comissão Nacional da Verdade houvesse punições, mas como discutido anteriormente, a CNV não teve caráter punitivo.

Em contrapartida os comentários que classificamos como negativos, mostram comentaristas contrários ao conteúdo apresentado nas reportagens, com discursos como estes:

- É claro que os militares fizeram merda, mataram 400 pessoas. E quantos militares morreram? Trezentos e poucos! Ora! Que apareça os crimes das guerrilhas, que mataram crianças a coronhada, ou as crianças torturadas pelos milicos eram especiais?

- Os guerrilheiros fizeram nas fronteiras, as bombas, os assaltos a bancos, o relato na rádio pelo ex-marido da Dilma falando que assaltava por AMOR, a morte de embaixadores e do capitão do exército Alemão... A Ditadura é errada sim, o que não dá e pra defender guerrilheiro, que hoje estão no poder e estão destruindo o país...

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

PORQUE O PT NÃO TRAZ TODOS OS DOCUMENTOS?! PORQUE NÃO COLOCA NA TELEVISÃO AS VÍTIMAS DOS COMUNISTAS...

- Coloquem também uma foto dos inocentes mortos pelos guerrilheiros terroristas.¹⁴⁸

Segundo a perspectiva desses comentadores, tanto os militares quanto os militantes, principalmente aqueles envolvidos nas guerrilhas, tiveram culpa nos eventos violentos durante a ditadura civil-militar, atribuindo parte da culpa aos militantes e chamando os guerrilheiros de terroristas, tendem a justificar a repressão, prisão e torturas por parte dos militares como “mal necessário”. Outro ponto importante é que em nenhum momento as reportagens da série apresentaram caráter partidário ou envolvimento de figuras políticas, mas mesmo essa questão não sendo tratada na série, muitos dos comentadores fizeram críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT) em seus comentários como é o caso do segundo comentário acima e deste: “Para com isso PTista, as pessoas boas que conheço nenhuma sofreu qualquer tipo de retaliação.”¹⁴⁹ Talvez o fato da CNV ter desencadeado maiores discussões sobre o período da ditadura e por esta ter sido instaurada pela presidente Dilma Rousseff, eleita pelo PT, esses comentadores acabaram por relacionar o conteúdo das reportagens com o partido.

O medo que o Brasil seguisse o exemplo de Cuba e tendesse ao comunismo pode ser percebido em grande parte dos comentários, defendendo seus conceitos de verdade e mentira, sujeitos deixaram comentários como:

- Devemos agradecer aos militares por livrar do comunismo, existem muitas mentiras sobre a ‘ditadura’ que na verdade foi o período do regime militar. O absurdo é a quantidade de gente que diz ter sido torturado sem ter sequer uma cicatriz do período, uma unha sequer foi arrancada... Agora vem querer da uma de vítima mais de 30 anos depois. Os pais foram presos por fazer parte de guerrilhas de esquerda. Os militares não prenderam nenhum inocente. Esses grupos de guerrilhas de esquerda também matavam pessoas, faziam atos terroristas, entre assaltos a bancos, explodiam patrimônios...¹⁵⁰

Este comentador critica os discursos das vítimas que deram seus depoimentos as reportagens, além de atribuir caráter terrorista aos pais dessas vítimas, nega que estes tenham sofrido torturas por supostamente não apresentarem marcas físicas.

Partindo da perspectiva de que o golpe de 1964 foi um contragolpe, pois os setores de esquerda planejavam um golpe e a implantação de uma ditadura do proletariado ou ditadura comunista, foram feitas as críticas presentes nos comentários a seguir:

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem.

- O exército não torturou crianças e sim bandidos que queria tomar o país e implantar uma ditadura aqui. Graças a DEUS não conseguiram e isto devemos muito aos militares. Bando de vagabundos tivera o que mereceram por apoiar o bando de Fidel Castro. Assistam a entrevista do cantor Amado Batista falando sobre a prisão dele, isto sim é verdadeiro não esse bando de vagabundos falando sobre tortura. Mídia falsa e nojenta.

- Também há antigas fotos naqueles que queriam transformar o Brasil em uma enorme Cuba.¹⁵¹

Nesse sentido, os militares foram vistos como “heróis salvadores da pátria”, e aqueles que se opuseram ao regime, como bandidos que levariam o país ao caos. Um desses comentaristas utiliza um caso isolado para defender aquilo que acredita ser verdade, colocando esse caso como modelo único do que ocorria nos quadros de prisões, considerando assim todos os depoimentos sobre os dias de prisão das personagens da série como mentirosos.

Analisando esses comentários percebe-se a dimensão da repercussão da série nessas redes sociais e as disputas de memórias que foram ocasionadas desde a reverberação gerada em torno das reportagens. A partir dessas discussões vê-se o quanto a ditadura civil-militar ainda é um trauma na sociedade brasileira, mais de cinquenta anos se passaram e estamos longe de chegar a um consenso sobre os acontecimentos da época. A sociedade brasileira ainda vive com uma memória dividida sobre esse período e, podemos constatar que, a depender da conjuntura histórica essa divisão aumenta ou diminui.

¹⁵¹ Idem.

Considerações Finais

A ditadura civil-militar instaurada a partir do golpe de Estado em 1964, articulado por civis e militares, que derrubou o governo constitucional de João Goulart, estendeu-se até 1985. Durante esse tempo a ditadura não limitou esforços para combater seus inimigos, cassando, torturando, exilando e dando sumiço aos seus adversários políticos, sendo a tortura uma das linhas mestras da repressão política. A ditadura procurou legitimação através da propagação da ideia de que o regime militar era absolutamente necessário para que a segurança do país fosse garantida, iniciando assim o combate aos setores de esquerda principalmente os militantes da luta armada, estes passaram a ser considerados como comunistas e terroristas ameaçadores da paz e segurança do país. Sendo assim, a ditadura precisava ser divulgada como uma memória positiva, para tanto investiram na manipulação dos meios de comunicação. Nesse sentido, outras memórias acerca dos acontecimentos do período foram silenciadas, apagadas e/ou esquecidas.

O processo de transição brasileira para a democracia e posteriormente o fim do regime em 1985 fora marcado por negociações e acordos estabelecendo assim uma solução conciliadora onde se deu a mudança das estruturas e a redemocratização, mas não houve punições para as violações dos Direitos Humanos. Deixando na sociedade brasileira uma ferida aberta que se estende até os dias atuais. Segundo Carlos Fico, “a frustração diante da impunidade e da ausência de uma verdadeira ruptura torna a transição brasileira um processo que não terminou”.¹⁵² Consequentemente todo esse contexto do período desencadeou as batalhas de memórias sobre os acontecimentos da época. Essas guerras de memórias foram reavivadas com a Instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2012, uma vez que trouxe a luz memórias outrora apagadas, silenciadas e/ou esquecidas, memórias que não faziam parte da história oficial.

Foi pensando nesse contexto e a partir dessas considerações que se deram as investigações desse trabalho. Buscamos ao longo dessa monografia compreender como a série de reportagens da TV Record *As Crianças e a Tortura* desenvolveu suas representações e como as leituras podem ser reedificadas conforme os dilemas do presente. As reportagens fizeram uma rememoração dos acontecimentos abordando as outras memórias diferentes

¹⁵² FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, jan/jun 2012. p. 43-59. p. 52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>. Acesso em: 07/10/2018.

daquelas que compõem a história oficial, com uma questão inovadora no que diz respeito a produções midiáticas que abordam o período a partir da perspectiva de crianças.

Produções como a série de reportagens que analisamos podem contribuir para a sensibilização da população sobre as mazelas do período da ditadura civil-militar. Muito do que se tem produzido sobre a ditadura acaba ficando somente no meio acadêmico, já uma série televisiva tende a abranger um público mais amplo. Já que possui um grande alcance de público, é preciso analisar quais memórias estão sendo produzidas por esse tipo de gênero televisivo, daí a importância dessa pesquisa, uma vez que, analisamos as representações construídas pela série e os silenciamentos imbricados nas reportagens.

Mesmo com a grande quantidade de trabalhos que analisam o período da ditadura civil-militar, setores da nossa sociedade ainda apresentam certo desconhecimento sobre o período, talvez pelo fato de não se ter políticas públicas para a rememoração bem como a falta de museus da ditadura. Além disso, o discurso da história oficial era baseado na construção da memória positiva do regime. Esse desconhecimento acaba trazendo consequências negativas, como aumento de discursos em espaços públicos onde indivíduos defendem a volta da ditadura. A exemplo dos comentários em redes sociais com uso da hashtag #IntervençãoMilitarJá¹⁵³ e dezenas de compartilhamentos de postagens nesses espaços, com dizeres como esse: “viva as Forças Armadas do Brasil, intervenção militar urgente”.¹⁵⁴ Deste modo, trabalhos dessa natureza são de suma importância. A ditadura chegou ao fim deixando em aberto várias indagações que dão muitas possibilidades de estudo.

Ao longo dessa pesquisa conseguimos compreender as questões que foram levantadas no início do trabalho, mas ainda há muitas outras que podem ser investigadas em pesquisas posteriores, tal como os esquecimentos presentes nas memórias das personagens da série de reportagens, os quais os mesmos apontaram. No decorrer do trabalho surgiram também inquietações a respeito de como a ditadura tratou de questões relacionadas a infância e até que ponto a conduta do regime foi contraposta (ou não) pelas denúncias de uso de crianças nas sessões de tortura.

¹⁵³ Disponível em: <https://www.facebook.com/hashtag/interven%C3%A7%C3%A3omilitarj%C3%A1?hc_location=ufi>. Acesso em: 13/11/2018.

¹⁵⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/valterjoaodossantos.santos>>. Acesso em: 13/11/2018.

Fontes:

1- Série de reportagens da TV Record *As Crianças e a Tortura*

AZENHA, Luiz Carlos. Edson Teles: A voz era de minha mãe; o rosto, não parecia. Primeira reportagem. Duração: 10:30 (min). As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 10/06/2013. Disponível em:

<<http://player.r7.com/video/i/52a91282596f998cfd0007a2?layout=wide252p#>>.

AZENHA, Luiz Carlos. Ivan Seixas: Temos obrigação de mostrar essa foto. Segunda reportagem. Duração: 8:29 (min). As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 11/06/2013. Disponível em:

<<http://player.r7.com/video/i/52a91267596f998cfd000673?layout=wide252p#>>.

AZENHA, Luiz Carlos. Ernestinho: O mais jovem preso político do Brasil. Terceira reportagem. Duração: 10:45 (min). As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 12/06/2013. Disponível em:

<<http://player.r7.com/video/i/52a9120e596f998cfd0002a7?layout=wide252p#>>.

AZENHA, Luiz Carlos. Rose Nogueira: Logo depois de dar à luz, o abuso do torturador. Quarta reportagem. Duração: 8:22 (min). As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 13/06/2013. Disponível em:

<<http://player.r7.com/video/i/52a911ef596f998cfd00014e?layout=wide252p#>>.

AZENHA, Luiz Carlos. Igor Grabois: Meu nome não é Jorge Freitas. Quinta reportagem. Duração: 7:53 (min). As crianças e a Tortura. Jornal da Record. 14/06/2013. Disponível em: <<http://player.r7.com/video/i/52a911b7596f9994e7017fbf?layout=wide252p#>>.

2- Legislativas e Resoluções

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. – Recurso Eletrônico. –Brasília: CNV, 2014.

_____. Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm> Acesso em 02/05/2018.

CARTA MAIOR. Política: PNDH 3: Por que mudar? Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PNDH-3-Por-que-mudar-/4/15252> Acesso em: 02/05/2018.

Resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Democracia, Desenvolvimento e Direitos humanos: superando as desigualdades. Brasília, Dezembro de 2008. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Direitos_humanos_XI/deliberacoes_11_conferencia_direitos_humanos.pdf>.

3- Blog

BLOG VIOMUNDO. Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/>>.

Referências Bibliográficas

- ABDALA JUNIOR, Roberto. A história em cena: uma teoria sobre narrativas audiovisuais e seus “diálogos” com a cultura histórica. In: _____. **Memórias da ditadura, Tv e os “rebeldes” ano 1980**. Ed: Prismas, 2017.
- ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirre dos Reis. **Política Ditadura militar e democracia no Brasil** : história, imagem e testemunho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1978. p.148.
- BARBOSA, M. C. 1968 e a multidão como massa: televisão e imagens políticas da memória e do esquecimento. **Galaxia**, São Paulo, n. 29, 2015.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos dos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- DELGADO, Lulicia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, julho 2009.
- _____. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e Democracia**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Jango: cinema, história, memória e reconhecimento-interseções. In: FERREIRA, Marieta de M.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002.
- _____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>. Acesso em: 07/10/2018.
- FIGUEIREDO, Thiago Antônio Sousa; FUSER, Bruno. Comunicação e recepção televisiva: análise do fluxo televisivo em comunidades ribeirinhas das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã,. **AM**. Recurso digital disponível em: <<http://www.ufjf.br/conecta/files/2008/08/Comunica%C3%A7%C3%A3o-e-recepc%C3%A7%C3%A3o-televisiva.pdf>> Acesso em: 10/10/2018.
- FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p. 137-151. 2009.

- FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. **Revista Espaço Acadêmico** – n° 125, 2011.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, 2002.
- FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**- Brasília, 3. Ed: Liber Livro Editora, 2008.
- HAMBURGER, Esther. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- MACIEL, Suellen Neto Pires. Disputas da memória: uma reflexão inicial sobre a Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. In: FERREIRA, Marieta de M.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves;(orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- MENESES, Sônia. Entre a Ditadura e a “Ditabranda”: Mídia, memória e esquecimento - a atuação do jornal Folha de S. Paulo no golpe de 1964. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**. Fortaleza, 2009.
- MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO Carlos. Sem Partido. In: _____. **Dos filhos deste solo**. 2ª. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- MORAES, Mário Sergio de. Memória e cidadania: as mortes de V.Herzog, Manoel F.Filho e José F. de Almeida. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**. v. I. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Personagens. In: _____. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. A ditadura entre a memória e a história. In: _____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 290.
- _____. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- NATANSOHN, L. Graciela. O contrato de leitura uma metodologia para analisar a produção e recepção de TV. In: JACKS, Nilda; SOUZA, Maria Carmem Jacob de. (orgs.). **Mídia e Recepção**. Salvador: EDUFBA, 2006, p.100-121. p.104. Recurso digital disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16998/1/MidiaeRecepcao.pdf>> Acesso em: 10/10/2018.
- ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PAIVA, Tatiana Moreira Campos. Memórias de uma herança: a experiência de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**. v. I. São Paulo: Hucitec, 2009.

PADRÓS, Serra Enrique. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento, Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun, 2009.

PAULA, Eustáquio Donizeti de. As memórias do regime militar sob a perspectiva de um centenário jornal mineiro, o “Lavoura e Comércio” de Uberaba. In: PICCOLO, Monica; (org.). **Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís: UEMA, 2016.

PICCININ, Fabiana. Notícias na TV Global: diferenças (ou não) entre o telejornalismo americano e o europeu. Santa Cruz do Sul: **BBCO**, 2004. p.4. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=807>. Acesso em: 20/07/2018.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: _____. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. GASPARI, Elio; BENJAMIN, César; MARTINS, Franklin; MAGALHÃES, Vera Sílvia; SALEM, Helena; LEITE, Paulo Moreira; NAHAS, Jorge; RIDENTI, Marcelo; FREIRE, Alipio; HORTA, Celso; SADER, Emir; ALMADA, Izaías; LINS, Consuelo; PIVETA, Idibal; MUNIZ, Dulce; TAPAJÓS, Renato. **Versões e ficções: o seqüestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. Repressão e desenvolvimento: a modernização conservadora. In: _____. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005. p. 39.

_____. Ditadura, anistia e reconciliação. **Est. Hist.** Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, janeiro-junho de 2010.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SCHRAMM, Luanda. Comunidades interpretativas e estudos de recepção: Das utilidades e inconveniências de um conceito. In: JACKS, Nilda; SOUZA, Maria Carmem Jacob de. (orgs.). **Mídia e Recepção**. Salvador, Editora EDUFBA, 2006, p.12-31. p.14. Recurso digital disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16998/1/MidiaeRecepcao.pdf>> Acesso em: 10/10/2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise na Ditadura Militar e o Processo de Abertura política no Brasil 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (coord.) **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. v 5. Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2014.

TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a utra dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**. v. I. São Paulo: Hucitec, 2009.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A importância histórica da televisão e do telejornalismo na padronização cultural no interior do Brasil. Dourados – MS: **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, 2012. p. 8-23. p.10. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/1.pdf>>. Acesso em: 20/07/2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.